

Cultura Estratégica Chinesa e Sua Operacionalização no Mar

Lauro Borges Correia de Araújo

Orientador(a): Prof. Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

Lisboa

2020

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Cultura Estratégica Chinesa e Sua Operacionalização no Mar

Lauro Borges Correia de Araújo

Orientadora: Prof. Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

Júri:

Presidente: Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutor Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora.

Lisboa

2020

Resumo

Esta investigação assentou na moldura conceptual de cultura estratégica para entender de que modo a China tem incorporado o poder marítimo na prossecução da sua política externa.

Visando alcançar a consecução desse objetivo, aplicou-se a metodologia multicase study (ou multiple-case study) em uma abordagem que conjugou a análise da cultura estratégica chinesa com as bases teóricas da Geopolítica em um panorama geohistórico.

O cruzamento de matrizes teórico-conceptuais, dirigido pela metodologia de multicase study/multiple-case study, possibilitou traçar um estudo pormenorizado que identificou algumas tendências geohistóricas da relação operacional da cultura estratégica chinesa com o elemento marítimo. A análise geohistórica permitiu compreender que apesar das orientações geográficas da cultura estratégica chinesa serem marcadas por uma regularidade continental, elas expressam-se em diferentes vertentes consoante os constrangimentos e as oportunidades apresentados pelos ambientes externo e interno.

Por conseguinte, o crescimento marítimo da República Popular da China e as ambições globais consagradas na Maritime Silk Road são manifestações de uma cultura estratégica emergente voltada para a defesa ativa e para o realismo, assente em interesses estratégicos tangíveis, como a necessidade de desenvolvimento, proteção e segurança das linhas globais de comunicação marítima, o comércio, e a diversificação das opções estratégicas. Essa cultura estratégica nascente foi moldada por um ambiente externo em que as ameaças regionais externas às fronteiras terrestres da China diminuíram consideravelmente após a queda da União Soviética, e os centros económicos e produtivos foram deslocados para a costa marítima. Semelhantemente, as reformas promovidas por Deng Xiaoping impulsionaram a emergência dessa cultura estratégica em desenvolvimento.

Entretanto, embora as evidências apontem para uma tendência de crescente construção e adoção do poder marítimo por parte da China nos âmbitos económico, militar e científico, há dados que indicam o sentido contrário, revelando que uma fração significativa dos recursos estratégicos são empregues em uma disposição continental decorrente não apenas da condição geográfica da China, mas da instabilidade interna ao norte e oeste do território e em Hong Kong. Esse constrangimento imposto pelo ambiente interno funciona como uma força limitante da materialização de uma cultura estratégica plenamente marítima.

Palavras-chave: cultura estratégica chinesa, poder marítimo, continental, geopolítica, política externa, estratégia

Abstract

This research used the conceptual framework of strategic culture to understand how China has been incorporating seapower in the pursuit of its foreign policy. In order to attain this goal, a multicase study/multiple-case study methodology was applied in conformity with an integrated approach that combined the analysis of Chinese strategic culture with the theoretical structure of classical Geopolitics under a geohistorical perspective.

The intersection of different conceptual and theoretical frameworks, guided by the multicase study methodology, made it possible to study and identify certain geohistorical trends of the operational nexus between Chinese strategic culture and seapower. The geohistorical analysis allowed us to understand that, even though the Chinese strategic culture is characterized by patterns of a landpower, it can manifest in different ways depending on the constraints and opportunities presented by the domestic and international environments.

Consequently, the growing maritime power of the People's Republic of China and the global ambitions associated with the Maritime Silk Road are expressions of an active defense-based strategic culture, more inclined towards realism. This emergent strategic culture is based on tangible strategic interests, such the need for development, protection and security of the global sea lines of communication, trade, and diversification of the strategic options available.

This rising Chinese strategic culture was shaped by an international environment where land threats to Chinese borders decreased considerably after the fall of the Soviet Union, and as a consequence, the productive and economic centers were moved to the southern coast.

Similarly, the reforms introduced by Deng Xiaoping stimulated the rise of this emergent strategic culture.

Although the evidence collected this research points towards a growing adoption of seapower by China in the economic, scientific and military dimensions, the data available also indicates that a substantial fraction of strategic assets are employed for land and border security, which results not only of China's geographical condition, but also the domestic instability in the northwest and in Hong Kong. This domestic constraint limits the materialization of a maritime strategic culture.

Therefore, it was possible to verify that Chinese strategic culture operates in a complex and dynamic interaction with other variables, such as geography, science and technology, historical experiences, the domestic and international environments, and the national ideas.

Keywords: Chinese strategic culture, seapower, continental, geopolitics, foreign policy, strategy

Glossário

BRI – Belt and Road Initiative

MSR – Maritime Silk Road

PLAN – People’s Liberation Army Navy

RPC – República Popular da China

SREB – Silk Road Economic Belt

Índice

Parte I – Introdução e Metodologia	1
1 – Introdução	1
2 – Opções Metodológicas	4
Parte II – Enquadramento Teórico.....	6
3 – Estratégia, Cultura Estratégica, e Política Externa	6
4 – O Conceito de Cultura Estratégica: Correntes Geracionais, Definições, e Fontes.	10
4.1 – Cultura Estratégica: Origem do Movimento e Correntes Geracionais.....	10
4.2 – As Definições de Cultura Estratégica	11
4.3 – As Fontes da Cultura Estratégica	13
5 – Cultura Estratégica Chinesa	15
5.1 – Paradigmas da Cultura Estratégica Chinesa: Moralismo vs. Realismo	15
5.2 – Dimensão Operacional da Cultura Estratégica Chinesa: Percepções sobre a Guerra e Decisões Estratégicas	16
6 – Poder Marítimo: Enquadramento Teórico	19
Parte III – Análise Geopolítica e Geohistórica da China.....	24
7 – Contributos Para Uma Análise dos Elementos Geopolíticos e Geohistóricos da ... China.....	24
7.1 – Uma Análise Geohistórica Sobre a Geopolítica da China e Suas Opções Estratégicas: Potência Marítima ou Continental?35	26
7.2 – Fontes Geopolíticas da Cultura Estratégica Chinesa.....	29
8 – Análise Geohistórica da Cultura Estratégica Chinesa: Mini-Caso da Dinastia Sung	30
9 – Análise Geohistórica da Cultura Estratégica Chinesa: Mini-Caso da Dinastia Ming	33
9.1 – Os Efeitos da Política Marítima Ming na Dinastia Qing	36
Parte IV – Poder Marítimo e Cultura Estratégica da República Popular da China	37

10 – A República Popular da China e a Incorporação do Elemento Marítimo.....	37
10.1 – O Poder Marítimo da República Popular da China: Contextualização e Análise	37
Geopolítica.....	37
10.2 – A Belt and Road Initiative Como um Reflexo de uma Cultura Estratégica Nascente da República Popular da China: Um Estudo de Caso.....	43
10.2.1 – Uma Introdução à Belt and Road Initiative.....	43
10.2.2 – Uma Análise Geopolítica da BRI	44
10.2.3 – A MSR e a Cultura Estratégica Emergente da RPC.....	48
11 – Cultura Estratégica Marítima? Lições Analíticas Sobre a Cultura Estratégica Chinesa	50
11.1 – Revisitando as Matrizes Analíticas Referenciais	52
11.2 – República Popular da China: Construção de Uma Cultura Estratégica Marítima?.....	53
Parte V – Conclusão	59
12 – Conclusão	59
Referências Bibliográficas	63
Anexo I – Tabela 1	74
Anexo II – Figura 1.....	75
Anexo III – Figura 2	76
Anexo IV – Figura 3	77
Anexo V – Figura 4.....	77
Anexo VI – Figura 5	78
Anexo VII – Figura 6.....	79

Parte I – Introdução e Metodologia

1 – Introdução

A presente dissertação propõe um estudo aprofundado da operacionalização da cultura estratégica chinesa no mar no enquadramento de sua política externa, explorando a análise geopolítica e geohistórica e, em menor medida, teorias complementares das Relações Internacionais (RI) e da Análise de Política Externa (APE) para investigar e explicar o objeto de análise.

Geralmente, a profusa literatura sobre o objeto de estudo desta investigação observa que a China é portadora de uma cultura estratégica continental, moldada pela sua geografia contínua e pela sua experiência histórica largamente marcada por embates com povos provenientes de áreas a noroeste do território chinês e, também, da Ásia Central. O pensador militar chinês Peng Huaidong (as cited by Scobbel, 2002) afirma que a cultura continental da China enfatiza o auto-cultivo moral, em contraste aos Estados Ocidentais portadores de uma cultura marítima que valoriza a ousadia, a força, e a tecnologia.

Face à crescente relevância que o elemento marítimo tem adquirido para a China após as reformas instauradas por Deng Xiaoping, expressa pela assertividade nas águas do Pacífico que Pequim considera como mar territorial (a exemplo do Mar do Sul da China e das ilhas Senkaku), e pelos objetivos globais consagrados pela Maritime Silk Road (MSR), vertente marítima da Belt and Road Initiative (BRI), analisar o poder marítimo chinês à luz da cultura estratégica torna-se uma necessidade para que os estudos estratégicos provisionem seu contributo para o entendimento destes fenómenos.

Esta investigação guia-se pela seguinte pergunta de partida: de que modo a cultura estratégica da China tem incorporado o elemento marítimo na prossecução da política externa chinesa? O objetivo geral é estudar de que modo a China, condicionada pela sua cultura estratégica, tem incorporado o elemento marítimo na prossecução e condução da sua política externa. Nesse sentido, se buscará analisar a cultura estratégica chinesa, e identificar permanências e alterações na operacionalização desse elemento marítimo ao longo da história de sua política externa.

O objetivo específico, assente no objetivo geral, é, aplicando o quadro teórico-conceitual da cultura estratégica e os recursos teóricos coadjuvantes, identificar se existe uma cultura estratégica marítima chinesa.

O estudo sobre como a China, no âmbito de sua cultura estratégica, tem operacionalizado o elemento marítimo, a partir da identificação de padrões de alterações e permanências, é orientado pela análise (geo)histórica de dois mini-casos: Dinastia Sung e Dinastia Ming. Ao analisar os padrões de regularidade e descontinuidade histórica, procede-se à uma análise contextual da relação operativa entre a República Popular da China (RPC) e o poder marítimo, visando, posteriormente, em um estudo de caso sobre a Belt and Road Initiative, verificar os fundamentos caracterizadores da cultura estratégica chinesa condicionantes das decisões estratégicas que dizem respeito ao elemento marítimo.

Com base nos resultados das análises dos mini-casos históricos e do caso da Belt and Road Initiative, reaproveita-se os dados e o quadro teórico e conceptual aplicados ao longo da investigação e desenvolve-se um enquadramento compatível, apoiado por um conjunto dados quantitativos e qualitativos, para identificar a possível existência ou inexistência de uma cultura estratégica marítima chinesa.

Sistematizando os passos principais para a prossecução dos objetivos, o estudo procede da seguinte forma:

- 1 – Análise da cultura estratégica chinesa;
- 2 – Análise geopolítica e geohistórica da China;
- 3 – Análise dos mini-casos delimitados sobre a prossecução da política externa imperial – voltada ao elemento marítimo – alicerçada na matriz da cultura estratégica e dos modelos teóricos complementares;
- 4 – Análise da República Popular da China e da cultura estratégica identificável pela materialização da Belt and Road Initiative;
- 5 – Identificação, com base na análise dos resultados proporcionados pelos casos estudados anteriormente e em dados quantitativos e qualitativos, da existência ou inexistência de uma cultura estratégica marítima chinesa, avaliando suas propriedades principais.

A conjugação do quadro teórico-conceitual da Estratégia com as teorias da Geopolítica, e, em menor medida, de Análise de Política Externa (APE) e das Relações Internacionais (RI) tem por objetivo preencher uma lacuna teórico-analítica apontada por Colin Gray (1999). Segundo o autor anteriormente referenciado, a cultura estratégica não esgota as explicações sobre os comportamentos estratégicos de uma comunidade de segurança, pois ela interage com outras variáveis – internas e externas – que operam como inputs para a definição desses comportamentos. Com isso, as teorias da Geopolítica, das RI e de APE, no contexto desta investigação, adquirem o papel funcional de vetor auxiliar para explicar as variáveis não-culturais de maior influência na cultura estratégica chinesa e no comportamento estratégico marítimo chinês.

Posto isto, esta dissertação compõe-se de 5 partes:

Parte I – Introdução e apresentação do tema, delimitação da pergunta de partida, dos objetivos, e da metodologia.

Parte II – Enquadramento teórico. Revisão de literatura sobre os conceitos-chave e as teorias pertinentes de modo a se estabelecer um mapa das orientações teórico-conceituais desta investigação.

Parte III – Análise geopolítica e geohistórica da China. Identifica continuidades e rupturas (geo)históricas da operacionalização da cultura estratégica chinesa na política externa imperial, e analisa quais fatores lhe propiciaram a expressão de diferentes vertentes e expressões geopolíticas.

Parte IV – O poder marítimo da República Popular da China. Descreve e analisa – à luz da cultura estratégica e por meio de um estudo de caso sobre a Belt and Road Initiative – o crescimento do poder marítimo chinês na era pós-Mao Tse-Tung. Posteriormente, avalia quais são os elementos que nos permitem afirmar ou infirmar se a China, atualmente, caracteriza-se por ter uma cultura estratégica marítima.

Parte V – Conclusão. Sistematiza os resultados principais da presente investigação e

indica lacunas da mesma que podem ser trabalhadas por investigações futuras.

2 – Opções Metodológicas

O método adotado para esta investigação é o estudo de caso, na sua variante denominada “multiple-case study” ou “multicase study” (Eisenhardt e Graebner, 2007). O estudo de caso permite construir, fazer proposições ou verificar os enquadramentos teóricos utilizados com base na pesquisa empírica baseada em casos específicos. Segundo Berg (2001): “Case study methods involve systematically gathering enough information about a particular person, social setting, event, or group to permit the researcher to effectively understand how it operates or functions” (p. 225).

De acordo com Robert Stake (2006), em uma abordagem multicase study, um único objeto/alvo de interesse enquadra-se em um conjunto de casos, que partilham características ou condições comuns (p. 4). Segundo Stake, uma das primeiras condições comuns entre os casos e mini-casos abrangidos no estudo de um alvo de interesse é a partilha de uma pergunta de partida oficial da investigação. Com isso, estuda-se semelhanças e descontinuidades entre os casos para potenciar uma compreensão alargada do alvo de estudo. É a partir da consideração dessa complexidade diversificada do fenómeno estudado que se pretende obter um conhecimento generalizável. Nesse sentido, segundo Jenny Stewart (2012), “In the typical multi-case study, a number of contrasting instances of a particular problem (or phenomenon) are brought together, in order to investigate, or to identify, key factors that seem to have some bearing on an outcome of interest” (p. 70).

Essa abordagem permite testar proposições e embarcar em construções indutivas, reforçando os resultados na medida em que se identifica padrões, regularidades e descontinuidades do objeto de estudo (Vohra, 2014).

Tendo isto em consideração, este estudo tem uma natureza qualitativa e dedutivo-indutiva, na medida em que as teorias existentes serão confrontadas com o caso investigado visando explicá-lo a partir do enquadramento teórico selecionado. Partindo da análise dedutiva, o enquadramento teórico-conceitual que explica os casos analisados é, posteriormente, empregue para constituir as bases do conceito de cultura estratégica marítima.

Além do mais, esta investigação assenta na técnica de pesquisa bibliográfica. As fontes secundárias (artigos científicos, livros de autores especializados, relatórios de institutos de pesquisa e papers) constituem a base informacional da investigação, embora se faça a utilização de fontes primárias e documentais.

A perspectiva histórica adotada para a investigação tem por objetivo contextualizar o objeto de estudo e dar sentido ao mesmo. Os exemplos históricos escolhidos possibilitarão identificar padrões estruturantes sobre como a cultura estratégica chinesa incorporou o elemento marítimo. Considerando que o estudo de cultura estratégica implica a existência de padrões perceptuais e comportamentais (Snyder, 1977) e que o próprio conceito de cultura, segundo Colin Gray (1999), é definido como ideias, atitudes, tradições, mentalidade, e métodos de operação socialmente transmitidas que são específicas a uma comunidade de segurança, numa determinada localidade geográfica, com uma experiência histórica particular (p. 51), verifica-se que o estudo da dimensão histórica tem uma relevância primária para a análise da cultura estratégica chinesa aplicada ao poder marítimo.

Optou-se pelos períodos históricos escolhidos por três razões:

1. O período que abarca a Dinastia Sung até o início da Dinastia Ming é considerado um dos períodos históricos em que a China foi mais ativa na exploração do poder marítimo para fins essencialmente comerciais, embora acompanhados por aspectos militares;
2. A partir da Dinastia Ming, a China reiniciou um processo voltado à sua continentalidade, secundarizando a importância do poder marítimo. Esse contraste enriquece as evidências coletadas;
3. Essas dinastias governaram em períodos em que o império chinês estava unificado. Isso permitirá que as analogias feitas com a realidade atual, sem desconsiderar o papel determinante das especificidades contextuais, tenham maior grau de fiabilidade, dada essa condição unificadora comum às épocas estudadas.

A Dinastia Qing não é estudada em profundidade pelo facto de que as políticas para o mar desse período podem ser consideradas uma continuação da retração da Dinastia Ming em relação à atividade marítima. No entanto, os eventos principais ocorridos durante a Dinastia Qing que moldaram a história chinesa são mencionados.

Estudar os contrastes entre a Dinastia Sung e a Dinastia Ming por meio de mini-casos permite explicar quais fatores específicos favoreceram ou desfavoreceram a exploração do elemento marítimo no âmbito da cultura estratégica chinesa. Isso pode oferecer uma base contextual para explicar, à luz da cultura estratégica chinesa e à luz das teorias complementares propostas, o comportamento e as ideias estratégicas da República Popular da China em relação ao mar, tendo como caso de estudo a Belt and Road Initiative.

Parte II – Enquadramento Teórico

3 – Estratégia, Cultura Estratégica, e Política Externa

A triangulação dos três conceitos-chave que dão sentido à investigação ajuda a delimitar as áreas das quais derivam as ferramentas teórico-analíticas subsequentemente operacionalizadas, sistematizando, portanto, uma matriz referencial.

O desenvolvimento mais amplo das definições possíveis de cultura estratégica abrangidas pela literatura e seu significado pode ser constatado no ponto 4. Entretanto, para compreender melhor o conceito de cultura estratégica, vale ponderar os significados possíveis de “estratégica”, e portanto, estratégia, articulando ambos ao conceito de política externa.

O conceito de estratégia, e com isso, o significado de estratégica, ganhou a incorporação de uma série de elementos ao longo de séculos que lhe deu uma substância mais abrangente do que aquilo que se pode considerar a sua definição original proveniente do grego - a ação de conduzir ou comandar exércitos. Contudo, Thomas Mahnken (2013) mantém alguma lealdade à composição definidora de origem do conceito, defendendo que a estratégia incide, em última análise, sobre como se ganha guerras. Mahnken aplica o modelo do ator racional, a partir de uma perspectiva teórica normativa, à análise estratégica, alegando que uma estratégia bem-sucedida assenta na identificação de objetivos políticos claros, e na avaliação das vantagens comparativas em relação ao adversário, calculando os custos e benefícios e examinando os riscos e recompensas das estratégias alternativas.

A abordagem de Lawrence Freedman (2008) incorpora ao quadro conceptual da estratégia um elemento institucional que embora esteja ligado ao uso ou à ameaça do uso da força,

não se esgota nisso, se diferenciando da abordagem essencialmente militar-operacional de Mahnken. Para Freedman, estratégia é a arte de criar poder para maximizar o sucesso no alcance dos objetivos políticos. A estratégia, segundo Lawrence Freedman, pode gerir a resolução de um conflito materializando o uso da força, entretanto, a solução mais vantajosa para o lado mais forte é a transformação da força em autoridade, institucionalizando e tornando consensual as vantagens buscadas por essa parte. Isso é atingir a supremacia estratégica para Freedman, pois evita as instabilidades que podem resultar das consequências da aplicação prolongada da força. Estratégia é, com isso, a arte de criar poder, ajudando a produzir os efeitos políticos vantajosos buscados. A concepção de Freedman de estratégia vai de encontro à abordagem de Thomas Schelling (1980), que considera que a matéria basilar da estratégia não é a aplicação eficiente da força, mas a exploração da força potencial. Schelling define estratégia como a restrição de um adversário através das expectativas das consequências de suas próprias ações, encadeando o conceito à dissuasão.

Ampliando ainda mais o panorama conceptual da estratégia para as dimensões não militares, Larsen, Kartchner e Johnson (2009) afirmam que “estratégico” pode ser considerado tudo que diga respeito ao avanço dos interesses nacionais de um Estado: seus planos, suas “policies”, doutrinas, atividades, perspectivas, ou objetivos, através da coordenação e da sincronização de todos os instrumentos do poder nacional, como o militar, diplomático, informacional, económico, cultural e intelectual. Para além disso, estratégico também pode se referir a tudo que perpetua ou ameaça a sobrevivência da nação. Para Larsen, Kartchner e Johnson, estratégia trata-se fundamentalmente, em termos mais simples, de como uma nação relaciona os meios com os fins.

O Almirante Silva Ribeiro (2017) define estratégia como “ciência e arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (p. 22). O ambiente de desacordo englobado à definição do Almirante português vem especificar e explicitar um elemento diferenciador do conceito de estratégia: a existência de um oponente racional dotado de vontade e capacidade, dispondo de meios e estruturas para tomar iniciativa e reagir às ações contrárias, de forma a negar reciprocamente a materialização dos objetivos nacionais divergentes. Esse elemento explicitado demarca os objetos de abordagem da estratégia de outros substratos de ação que inserem-se em uma definição de mero planeamento.

Por fim, o General Pezarat Correia (2010) sistematiza quatro parâmetros delimitadores da estratégia: 1 – fins: a estratégia visa alcançar fins políticos; 2 – sujeitos: os decisores do alto escalão do Estado que conduzem a estratégia e intervêm; 3 – objeto: a estratégia é direcionada a um outro ator racional; 4 – meios: a estratégia pressupõe a utilização de meios (não apenas militares).

Colin Gray (1981, p. 22) define cultura estratégica como modos de pensar e agir em relação ao uso da força, que deriva da percepção das experiências históricas nacionais, da aspiração pela autocaracterização, e de experiências e fatores que caracterizam um povo (geografia, filosofia política, cultura cívica e modo de viver). De acordo com o autor mencionado, a cultura estratégica é um meio através do qual as ideias estratégicas e as decisões sobre políticas de defesa são debatidas e escolhidas.

Numa definição semelhante, Larsen, Kartchner e Johnson (2009) afirmam que: “cultura estratégica é um conjunto de crenças partilhadas, assunções, e modos de comportamento, derivado de experiências comuns e narrativas (orais e escritas) aceitas, que molda a identidade coletiva e a relação com outros grupos, e determina os meios e os fins apropriados para atingir objetivos securitários” (p. 9).

Segundo Christopher Hill (2003), política externa é “o somatório de relações oficiais conduzidas por um ator independente (geralmente um Estado) nas relações internacionais” (p. 3).

Derek Beach (2012) define política externa como tendências amplas de comportamento e ações particulares de Estados ou outro ator coletivo para com outros Estados e atores coletivos. As ações de política externa variam: instrumentos diplomáticos e técnicos, discursos oficiais, ajuda económica, e uso da força militar. Já Rosati (1994) define política externa como o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que os governantes escolhem para responder ao ambiente externo atual e futuro.

Raquel Freire, a partir de elaborações provenientes da sua revisão de literatura sobre o conceito, traça uma definição de política externa, entendendo-a como “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações.” (Freire, 2015, p. 21).

Tendo em conta essas definições contempladas dos conceitos de estratégia, cultura estratégica, e política externa; a articulação triangular dos mesmos, visando delimitar a proveniência das ferramentas teóricas e analíticas da investigação, constrói-se a partir de uma conjugação dos elementos estruturantes desses conceitos estudados.

Consoante as definições verificadas, a estratégia lida com a geração e harmonização de meios para atingir fins (do interesse nacional) em relação a um contrário. A cultura estratégica condiciona as decisões estratégicas tomadas no âmbito da política externa de um Estado, indicando previamente quais são as opções aceitáveis e guiando os modos de comportamento dos decisores.



(Ilustrações de autoria individual).

Portanto, a estratégia é a dimensão prática e estruturante (que lida com a relação meios-fins para a prossecução do interesse nacional), a cultura estratégica é a dimensão condicionante (modos de pensar e agir em relação à estratégia e às opções disponíveis) e a política externa é a dimensão decisória (condicionada pela cultura estratégica e que dispõe das estratégias optáveis).

4 – O Conceito de Cultura Estratégica: Correntes Geracionais, Definições, e Fontes

Sendo cultura estratégica um dos conceitos centrais desta investigação, torna-se necessário estudar as origens e as diferentes correntes de pensamento em relação ao conceito, confrontar as principais definições de cultura estratégica de acordo com alguns autores primários, e por fim, elencar as fontes basilares da cultura estratégica.

Esta última tarefa adquire especial relevância, pois implica a adoção de uma abordagem que estabelece relações entre a cultura estratégica e múltiplos fatores materiais e não-materiais, sem restringir o conceito central a uma dimensão meramente declaratória ou psicológica. Em vista disso, parece importante notar que a cultura raramente serve como uma explicação direta que opera isoladamente, pois está ligada a outras variáveis e abordagens (Larsen, Kartchner & Johnson, 2009).

4.1 – Cultura Estratégica: Origem do Movimento e Correntes Geracionais

Snyder, em 1977, no seu relatório para a RAND Corporation, propôs que os analistas americanos expandissem seu escopo de análise em relação à União Soviética e ao comportamento estratégico dessa. Snyder afirmou que os líderes e estrategistas soviéticos não eram somente jogadores racionais genéricos isentos de influências culturais, eles eram políticos e burocratas que foram socializados numa cultura estratégica que era, aparentemente, única. O relatório de Snyder é considerado um dos principais trabalhos de partida do movimento da cultura estratégica e a obra fundadora da primeira geração desse movimento (Zaman, 2009).

No seu artigo para a International Security, Johnston (1995) apontou que o conceito de cultura estratégica vinha suprir uma escassez de explicações que enquadrassem a tomada de decisão estratégica num contexto cultural. Johnston afirma que os arguentes favoráveis à cultura estratégica defendem que esse conceito dá significado a variáveis objetivas, como a tecnologia, a estrutura do sistema internacional, e as capacidades materiais relativas. Nesse sentido, segundo Johnston, os estudos sobre cultura estratégica emergiram como uma objeção ao paradigma teórico neorrealista, que afirma que os Estados são unidades racionais, funcionalmente não-diferenciadas, que visam otimizar sua utilidade (entenda-se utilidade como poder, ou seja, recursos e capacidades) no sistema internacional. Para os autores do movimento da cultura estratégica, era essa que, ao dar significado às variáveis objetivas, condicionava a resposta dos Estados às pressões sistêmicas.

Johnston subdividiu o movimento da cultura estratégica em três correntes geracionais:

1º Geração: composta por autores como Colin Gray, David Jones e um dos seus fundadores principais, Jack Snyder. Considerava que as variáveis objetivas e materiais constituíam inputs da cultura estratégica em conjunto com as variáveis ideacionais, e que o comportamento estratégico dos Estados era inseparável de ambas.

2º Geração: Bradley Kein é um dos principais fundadores dessa corrente. Tem uma base conceptual gramsciana de hegemonia, e considerava que a cultura estratégica era instrumentalizada pelas elites visando legitimar o seu domínio interno e a para conseguir projeção desse domínio para o plano internacional (Zaman, 2009). Diferenciava a estratégia declaratória (instrumental) da estratégia operacional (comportamento).

3º Geração: abordagem orientada à testabilidade do conceito de cultura estratégica, adepta de um maior rigor científico e metodológico (Neumann & Heikka, 2005; Zaman, 2009). Trata a cultura estratégica como variável independente e o comportamento como variável dependente, sugerindo que o comportamento não é constituinte da cultura estratégica (Johnston, 1995). Os autores dessa corrente tendem a focar-se em casos nos quais o quadro teórico estrutural e materialista não é suficiente para explicar uma determinada decisão estratégica. Autores como Kier e Johnston reconhecem-se como parte dessa corrente.

4.2 – As Definições de Cultura Estratégica

Como ponto de partida para a constatação e a análise das definições de cultura estratégica, cabe ressaltar a seguinte observação ao abordar o assunto: “torna-se patente que não existe um consenso universal quanto a uma definição e entendimento sobre a relevância da cultura estratégica na parametrização e caracterização da ação estratégica dos Estados” (Carriço, 2016, p. 65). Posto isto, pode-se afirmar que as discordâncias implícitas e explícitas nas definições de cultura estratégica variam consoante gerações e autores individuais.

Segundo Jack Snyder (1977), a cultura estratégica é “the sum total of ideas, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of a national strategic community have acquired through instruction or imitation” (p. 8). Já Colin Gray (1981), como já vimos no ponto 3, define cultura estratégica como modos de pensar e agir em relação ao uso da força, derivados da percepção das experiências históricas nacionais, da aspiração pela

autocaracterização, e de experiências e fatores que caracterizam um povo (geografia, filosofia política, cultura cívica e modo de viver).

As definições de Jack Snyder e Colin Gray partilham um ponto em comum: a variável comportamental é abordada como componente constitutivo da cultura estratégica em conjunto com as variáveis ideacionais (respostas emocionais, ideias, modos de pensar, percepções).

Em contraste, Johnston (1995) afirma que cultura estratégica “é um sistema integrado de símbolos (estruturas argumentativas, linguagens, analogias, metáforas) que age para estabelecer preferências estratégicas duradouras e penetrantes através da formulação de conceitos sobre o papel e a eficácia da força militar nas relações políticas interestatais, e revestindo essas concepções com uma aura de factualidade de modo que as preferências estratégicas pareçam realistas e eficazes” (p. 46). Segundo o autor mencionado, esse “sistema de símbolos” compõe-se de duas partes: 1. Premissas básicas sobre o papel da guerra nas relações humanas, sobre a natureza do adversário e a ameaça que esse representa, e sobre a eficácia do uso da força; 2. Premissas associadas ao nível operacional, sobre as opções estratégicas mais eficazes para lidar com o ambiente de ameaças (ofensivas ou diplomáticas). Tendo isso em vista, Johnston separa o plano ideacional do plano operacional, e para ele, a cultura estratégica se insere no primeiro, podendo não haver relações causais evidentes entre a cultura estratégica e a estratégia operacional.

Colin Gray, autor da primeira geração dos estudiosos sobre cultura estratégica, no seu artigo em 1999 publicado na *Review of International Studies*, criticou Johnston por distinguir a cultura estratégica do comportamento. Para Colin Gray, a cultura estratégica não é só um contexto exterior de ideias e símbolos, ela também está internalizada nas pessoas e nas instituições. O fluxo entre ideias e comportamento na estratégia é contínuo. Sendo assim, segundo Colin Gray (1999), cultura estratégica é tanto o contexto enformador do comportamento estratégico como a construção resultante do discernimento e da interpretação das pessoas e das instituições que se comportam culturalmente a nível estratégico (o uso, ou ameaça do uso, da força). De modo a distanciar-se de um possível determinismo, Gray enfatiza que a cultura estratégica não dita necessariamente um curso de ação, pois constrangimentos externos e internos vão impedir a materialização plena do comportamento idealizado culturalmente. Entretanto, os efeitos da cultura estratégica vão estar estampados em todos os tipos de comportamentos estratégicos.

Desse modo, podemos apontar a abordagem de Johnston e da terceira geração como

restritiva, na medida em que reduz a cultura estratégica à uma dimensão ideacional simbólica, conceptual e declaratória, e portanto, minimiza sua interação direta com outras variáveis materiais e estruturais. Além disso, o facto da literatura da terceira geração centrar-se nas anomalias do realismo estrutural (segundo o próprio Johnston) limita sua aplicabilidade funcional analítica.

Entre outras definições relevantes de cultura estratégica, destaca-se a de Heitor Romana (2016), um dos principais autores portugueses de cultura estratégica, que, sintetizando os fundamentos configuradores e informadores do conceito, afirmou que “a cultura estratégica contempla os valores, símbolos e padrões culturais que modelam a posição dos povos, e em especial das suas elites, em relação à defesa e à forma como é garantida a segurança nacional: instrumentos adotados, mobilização da sociedade, posição do Estado na hierarquia da ordem internacional e capacidades de afirmação de uma estratégia nacional” (p. 26).

De forma relativamente semelhante, Kartchner, no seu relatório para a Defense Threat Reduction Agency, definiu cultura estratégica como “crenças, presunções, e modos de comportamento partilhadas, derivadas de experiências comuns e narrativas (orais e escritas) aceites, que moldam a identidade coletiva e as relações com outros grupos, e que determinam os meios e fins apropriados para atingir objetivos de segurança nacional”. (Kartchner, as cited by Lantis, 2009, p. 39). Essa definição é praticamente idêntica à citada no ponto 3, excetuando-se apenas pelo facto de ter sido escrita e publicada pelo autor em uma obra anterior, no ano de 2006.

Na essência, segundo Heitor Romana (2016), o conceito de cultura estratégica ajuda a compreender “em que medida os interesses nacionais, e as ações formais e informais na condução de objetivos críticos do poder são influenciados por fatores sócio-culturais, interligados com fatores geohistóricos, geoestratégicos, bem como com elementos da cultura política, de um dado Estado, contrariando as teses de que os princípios da estratégia são absolutos e universais” (p. 14).

4.3 – As Fontes da Cultura Estratégica

A cultura estratégica dos Estados é moldada pela sua interação com múltiplos fatores tangíveis e intangíveis.

David Jones (1990), divide os elementos constitutivos da cultura estratégica em um conjunto de fatores primários, secundários, e terciários. Jones faz essa sistematização como um ponto de partida para desenvolver sua análise da cultura estratégica soviética.

1 - Fatores primários: a natureza e a geografia do Estado, a cultura étnica do seu povo fundador, a história desse povo fundador.

2 - Fatores secundários: sistema socioeconômico, governamental e administrativo. A base tecnológica disponível adquire, segundo Jones, uma importância incontornável para o desenvolvimento de várias esferas que formam essa estrutura de fatores secundários, incluindo a militar.

3 - Fatores terciários: têm um peso direto na cultura estratégica e militar do Estado. Englobam redes de instituições militares-administrativas e padrões de interação político-militares. Embora seja possível identificar e sistematizar um paralelo da universalidade desses fatores terciários em qualquer Estado do mundo, eles retêm características nacionais únicas em cada Estado.

William Kincade (1990) afirma que estratégia de uma nação reflete sua situação geoestratégica, recursos, experiência militar, história, e crenças políticas. Esses fatores moldam a percepção nacional dos seus interesses e valores, e a forma como uma nação os protege. Sendo assim, a cultura estratégica de um Estado, que ele define implicitamente como a abordagem de uma nação sobre a guerra e a paz, é modelada pela interação com esses fatores. Segundo Kincade, os fatores moldadores da cultura estratégica são: recursos (naturais e humanos) e geografia; herança e experiências históricas; cultura política; derivação e adaptabilidade; a contiguidade ou a longinquidade das ameaças; valores sobre a projeção do poder nacional (isolacionistas vs. Expansionistas no caso dos Estados Unidos por exemplo); legado estratégico; composição das elites; tecnologia e inovação; estilo nacional de diplomacia.

Snyder (1979) listou alguns elementos que ajudaram a constituir o pensamento estratégico e a cultura estratégica soviética, especificamente em relação à abordagem soviética à guerra nuclear: balança de poder e situação estratégica; posição geográfica; legado histórico; composição das elites; relações civis-militares; arranjos institucionais; poder econômico; e a interação desses elementos com a tecnologia.

Darryl Howlett (2005) sintetiza aquilo que considera as principais fontes da cultura estratégica apontadas pela literatura: geografia, clima e recursos; estrutura política; a natureza das organizações envolvidas na defesa nacional; mitos e símbolos; textos-chave que informam os atores sobre o curso de ação estratégica mais apropriado; normas transnacionais, mudanças geracionais, e o papel da tecnologia.

5 – Cultura Estratégica Chinesa

Entender as linhas orientadoras da cultura estratégica chinesa implica analisar as principais características e propriedades da mesma a nível conceptual e operacional.

Vale notar como ponto de partida que as explicações discordantes e divergentes, e por vezes complementares, por parte dos autores estudiosos da cultura estratégica chinesa podem indicar que a cultura estratégica chinesa não é homogênea, mas porta uma série de fatores ideacionais e práticos que competem entre si. “Portrayal of a strategic culture as highly homogeneous or consistent, though, may neglect important influences and thus prove unsuitable for understanding action or policy.” (Kincade, 1990, p. 10).

O objetivo fundamental deste ponto é entender as linhas diretrizes da cultura estratégica chinesa. A interação da cultura estratégica chinesa com outras variáveis materiais e não-materiais e as suas fontes serão analisadas nos pontos posteriores desta investigação.

5.1 – Paradigmas da Cultura Estratégica Chinesa: Moralismo vs. Realismo

Na sua obra dedicada ao estudo da cultura estratégica chinesa com base em exemplos históricos (incluindo o caso da Dinastia Ming), Johnston (1995) identificou dois paradigmas dominantes em competição:

- 1 - Confucionista-menciano: discursivo, avesso ao conflito e puramente defensivo.
- 2 - Realpolitik: favorece as soluções militares e tem um caráter ofensivo, prevalecendo sobre o moralismo filosófico confucionista-menciano quando os interesses nacionais da China estão em causa.

O estudo de Johnston é uma evidência inicial indicadora de que a cultura estratégica chinesa não é homogênea, mas sim constituída de uma complexidade paradigmática composta por vertentes competidoras e complementares.

O moralismo cultural estratégico clássico chinês é marcado pela prática prolongada de enfatizar persistentemente a importância da moralidade, podendo ser ilustrado pelo

confucionismo e sua crença na virtude (de), benevolência, (ren) e justiça (yi) como normas básicas da manutenção da ordem doméstica e da condução da estratégia de segurança (Zhang, 2002). O moralismo confucionista, daoísta e menciano compõe-se de 3 grandes premissas principais (Carriço, 2016):

- 1 – A guerra e as armas só devem ser empregues em caso de absoluta necessidade;
- 2 – Os líderes virtuosos tendem a evitar a guerra, mas quando entram em conflito, combatem imperadores amorais de modo a restaurar a boa governação, evitando a ocupação territorial e a instrumentalização de Estados fracos, e protegendo a cultura chinesa;
- 3 – Deve-se priorizar a educação dos Homens de modo a que lhes seja instituída a virtude necessária para exterminar as guerras.

Tendo isso em consideração, a vertente moralista da cultura estratégica chinesa atribui um papel primário à qualidade das lideranças e sua virtude como potenciadoras da paz, embora reconheça que a guerra pode ser inevitável em casos extremos e que só deve ser empregue para fins meramente defensivos.

Por outro lado, Andrew Scobell (2002) afirma que a vertente moralista da cultura estratégica chinesa está concatenada (numa lógica competitiva e complementar) à vertente realista, já identificada por Johnston. Essas vertentes se influenciam e se inter cruzam numa dinâmica dialética para formar o “culto de defesa” chinês. O culto de defesa chinês é formado por 6 princípios influentes para a tomada de decisão das elites chinesas: 1) a primazia da unificação nacional; 2) elevada percepção de ameaça; 3) o conceito de defesa ativa; 4) teoria chinesa da guerra justa; 5) fobia ao caos doméstico; 6) a primazia da comunidade em relação ao indivíduo. “The combined effect of these principles is a predisposition by China to resort to force in a crisis, a marked tendency towards risk taking, and justifications of the use of force in terms of the big picture” (Scobell, 2014, p. 214).

5.2 – Dimensão Operacional da Cultura Estratégica Chinesa: Percepções sobre a Guerra e Decisões Estratégicas

Segundo Heitor Romana (2016, p. 21), a cultura estratégica chinesa administra um dilema estabelecido por dois tempos: o ontológico-civilizacional e o histórico-identitário. Esse dilema reflete a gradual transição da China de uma entidade civilizacional para um Estado inserido e integrado na ordem do sistema internacional.

Posto isto, o “Chronos”, segundo Romana, constitui um elemento fundamental no jogo estratégico da China nas relações internacionais.

Na sua obra “Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’s Trap?”, Graham Allison dedica um capítulo ao estudo comparativo da cultura estratégica chinesa e da cultura estratégica americana. Allison (2017) escreveu que os círculos chineses de tomada de decisão têm uma abordagem holística à estratégia. Os tomadores de decisão chineses tendem a ver o mundo estratégico como uma conexão: “Chinese planners see everything as connected to everything else” (Allison, 2017, p. 137). Essa tradição deriva do pensamento de Sun Tzu, em que o contexto envolvente à situação estratégica é fundamental, pois determina o “shi” (energia potencial ou momentum) da situação e do momento. O “shi” compõe a geografia e o terreno, o tempo, a balança de forças, surpresa, moral e entre outros elementos materiais e não-materiais.

Outras observações fundamentais sobre a cultura estratégica chinesa feitas por Allison são: 1 - Paciência e favorecimento do longo prazo; 2 - Não buscar uma vitória direta e decisiva no campo de batalha, mas movimentos incrementais que favoreçam gradualmente a posição chinesa em relação ao adversário; 3 - Mínimo custo possível, simbolizada na famosa frase atribuída a Sun Tzu de que a maior vitória é poder derrotar o inimigo sem combater diretamente; 4 - A história imperial chinesa de competição entre reinos levou a que seus estrategistas priorizassem outros meios de resolução de conflitos ao invés do combate.

Tabela 1 – Percepção dos Estrategistas e Estrategas Chineses Sobre a Guerra (Allison, 2017)

Como os Estrategistas e Estrategas Chineses Percepcionam a Guerra
Campanha Primária: Psicológica e Política;
Campanha Militar: Secundária;
Importância Simétrica entre Percepção dos Factos e os Factos em Si;
O Papel da Imagem Como Dissuasor: Centro do Universo (Reino do Meio);
O Tamanho da Economia Chinesa Relativa às Outras: Coerção Económica (Negar Acesso ao Comércio, Exemplo).

Tabela de autoria individual.

Christian Twomey (2006) realizou um estudo em que identificou uma série de aspectos operacionais da cultura estratégica e a origem histórica desses. Entre esses aspectos, pode-se constatar a relevância especial de 5:

1 - A importância da unidade nacional: a visão chinesa de que qualquer fraqueza e desunião interna será explorada por potências estrangeiras, que tirarão proveito disso. Essa visão tem raiz nos “100 anos de humilhação” iniciados no fim da Dinastia Qing, tendo começado com a Guerra do Ópio em 1841, e as invasões holandesas, francesas, alemãs, americanas, soviéticas e a ocupação japonesa. Além disso, no período dos “warring States” (475 A.C até 221 A.C), era de Confúcio e dos grandes filósofos, a China era marcada por sucessivas guerras, antes da primeira unificação final. Isso ajuda a entender e justificar a “obsessão” chinesa com a integridade territorial, especialmente nos casos do Taiwan, Tibete e, atualmente, Xinjiang. Contudo, de nenhuma forma essas conclusões são únicas à China, visto que a maioria dos Estados preza pela estabilidade interna e raramente aceita secessão territorial;

2 - Entendimento hierárquico das relações internacionais: essa percepção deriva dos períodos em que a China foi uma potência regional. A China cultivou em variadas circunstâncias históricas (incluindo durante a Dinastia Ming) relações tributárias com seus vizinhos regionais. A China era a potência dirigente e os seus vizinhos prestavam-lhe tributos em troca de ganhos, constituindo uma dinâmica relacional tributária e hierárquica;

3 - Propensão a atacar antes do adversário, tomar a iniciativa, e tirar proveito da surpresa para alcançar a vitória em uma guerra: exemplos-chave recentes dessa prática chinesa na condução da política externa são a campanha ofensiva na Coreia em 1950, o ataque surpresa nas forças indianas em 1962, e o ataque no Vietnã em 1979. Contudo, isso não é necessariamente uma exclusividade chinesa. Os Estados Unidos, de forma rotineira, visa ganhar a iniciativa em conflitos, tal como a maior parte das forças militares no mundo. Esse tema da iniciativa é comum em obras militares clássicas de qualquer língua;

4 - Diplomacia coerciva propensa ao risco;

5 - Propensão à defesa e à ofensa: envolve a competição dos paradigmas moralista e realista, em que o primeiro tende à defesa, e o segundo confere preferência estratégica à campanha ofensiva.

O 1º e o 2º elementos acima reforçam a importância do “Chronos” na cultura estratégica chinesa, fator constatado por Heitor Romana. As experiências históricas atuam como inputs formadores e informadores da cultura estratégica chinesa.

O 4º elemento vai de encontro à afirmação feita por Andrew Scobell (2014), citada no ponto 5.1, sobre a tendência chinesa de tomar decisões de risco e utilizar a força em situações de crise. Entretanto, uma das conclusões interessantes no estudo de caso feito por Twomey

(2006) sobre a política nuclear da China sob as lentes da cultura estratégica é que os fatores ideacionais que influenciam a tomada de decisão e a elaboração da política nuclear chinesa têm origem em múltiplas fontes, e as raízes histórico-culturais profundas que residem no coração da análise cultural estratégica não estão entre elas. A cultura estratégica, segundo Twomey, tem tido menos peso do que outros fatores.

Os estudos de caso analisados por Allen Whiting (2001) abrangendo o período de 1950 a 1996 levaram à conclusão que os padrões político-militares do emprego do Exército de Libertação Nacional (PLA) em situações de crise e conflito revelam algumas características tendenciais dos métodos de ação estratégica prediletos pelos círculos de tomada de decisão chineses: aviso prévio de dissuasão, aproveitamento da iniciativa, aceitação do risco, e gestão do risco. Essas evidências apontam que o núcleo de tomada de decisão estratégica em Pequim optou por conceder preferência à dissuasão e à diplomacia coerciva para atingir os fins políticos, tirando partido de campanhas militares preemptivas e ofensivas, mas sobretudo limitadas. Whiting também identificou a rígida subordinação das ações militares táticas e operacionais aos objetivos políticos e estratégicos. Essas evidências históricas podem reforçar os elementos 3 e 4 identificados por Twomey (2006), que referenciou o artigo de Whiting no seu estudo, e fortalecem a tese, observada por Alisson (2017), que presume a primazia dada pelos tomadores de decisão chineses aos objetivos políticos sobre a vitória direta no campo de batalha. Além disso, os estudos de Whiting corroboram algumas observações de Heitor Romana (2018) sobre a “calculative strategy” chinesa, estratégia que preconiza os objetivos de aquisição e fortalecimento de capacidades militares como instrumento de diplomacia armada, apoiando um conjunto complexo de políticas regionais e globais. A “relativa contenção” (Romana, 2018, p. 48) associada à calculative strategy sugere uma priorização dos objetivos políticos, cuja realização é auxiliada pelo uso ponderado do instrumento militar, em relação aos objetivos táticos.

6 – Poder Marítimo: Enquadramento Teórico

O objetivo deste ponto ou capítulo é desenvolver um enquadramento teórico e uma definição de poder marítimo de modo a entender as matrizes nucleares formadoras daquilo que esta investigação refere como o “elemento marítimo” da cultura estratégica chinesa.

A perspectiva geopolítica nas Relações Internacionais deu origem a binários axiais espaciais, ou seja, categorias que moldam a forma de se olhar para o mundo e até sugerem medidas

estratégicas para melhorar o poder do Estado (Owens, 1999). Alguns exemplos desses binários axiais espaciais categóricos, segundo Thomas Owens, são: “poder marítimo” e “poder terrestre”; “marítimo” e “continental”; “Rimland” e “Heartland”; “área central” e “periferia”; “Ocidente” e “Oriente”.

O General português Pezarat Correia (2010) traça as origens do ramo que no Século XIX veio a ser conhecido como Geopolítica e gerou esses binários espaciais axiais categóricos à Antiguidade Clássica, quando os pensadores gregos equacionavam a influência que o meio geográfico e as condições climáticas exerciam na natureza e na relatividade do poder. Platão, na sua obra *A República*, admitiu a existência de dois polos de poder, um marítimo (talassocrático) e um terrestre (epirocrático), argumentando que era no poder terrestre que assentavam as condições geográficas mais propícias para o exercício do poder e do domínio hegemónico. A posição de Platão é inversa à que Aristóteles viria a assumir, tendo adotado uma perspectiva talassocrática, afirmando que as cidades situadas no litoral marítimo eram mais atraentes, mais prósperas, e mais defensáveis (Correia, 2010).

Embora houvesse desde a Antiguidade Clássica uma apreciação pelo estudo da influência dos fatores geográficos no exercício do poder político e no desenvolvimento do Estado e das suas relações com outros Estados, foi somente entre a passagem do século XIX para o século XX, essencialmente após a revolução de Ratzel no pensamento geográfico, que surgiram teorias sistemáticas sobre o nexo entre o espaço geográfico e o poder político internacional.

Uma das obras mais importantes das teorias geopolíticas substanciava um estudo apologético estruturado, detalhado e sistemático do poder marítimo, e foi escrita pelo Almirante americano Alfred Mahan (Almeida, 2012). O Almirante Mahan definia o poder marítimo como “a soma de forças e fatores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso, e impedi-lo ao adversário.” (Mahan as cited in Sequeira, 2014, p. 288).

O propósito da obra de Mahan (1889), *The Influence of Sea Power Upon History*, segundo o próprio autor, era examinar a história da América e da Europa, abarcando os períodos de 1660 a 1783, tendo atenção particular aos efeitos do poder marítimo sobre essa história, mas não de uma forma vaga e generalista, e sim buscando demonstrar o peso exato do poder marítimo consoante uma dada conjuntura. Sendo assim, tratava-se, de acordo com o Almirante americano, de elevar os ensinamentos constantes da História (aqueles que perduram face às mudanças tecnológicas que afetam as condições específicas da guerra) que sejam passíveis de

uma aplicação universal ao estatuto de princípios gerais. Mahan estrutura a coerência de suas proposições teóricas partindo de descrições de ordem quantitativa: o mar constitui 9/12 da superfície global, sendo maior do que a terra e tendo a vantagem de ser um excepcional meio de comunicação, menos dispendioso e menos lento do que os empreendimentos de comunicação levados a cabo por terra (Almeida, 2012). Isso se deve à continuidade do espaço oceânico, que faculta acesso a todos os continentes e ilhas (Correia, 2010).

Segundo Mahan (1889), a história das nações marítimas foi menos determinada pela qualidade e pelo visionamento dos governos do que por condições físicas, sociais e naturais objetivas. Com isso, o Almirante americano enumerou as seis principais condições do poder marítimo (Mahan, 1889):

- 1 – Posição Geográfica: se um Estado está situado de modo a que não precise se defender por terra ou não seja induzido à necessidade de adquirir territórios por via continental, tem uma vantagem em relação aos Estados portadores de fronteiras terrestres. Mahan utiliza o exemplo do Reino Unido e o contrasta com a França e a Holanda, determinando que a posição geográfica insular do primeiro constituiu uma vantagem em relação aos outros dois Estados;
- 2 – Configuração Física: a costa de um país é uma das suas fronteiras, e quando expande a acessibilidade a outras fronteiras e a outras regiões, a tendência de um povo à interação com o resto do mundo se alarga;
- 3 – Extensão do Território: considera o comprimento da costa e o caráter dos portos;
- 4 – Quantidade da População: a totalidade da população, mas, fundamentalmente, a porção dela prontamente disponível para ser empregue a serviço do poder marítimo e do poder naval (componente militar do poder marítimo);
- 5 – Caráter Nacional: visto que o poder marítimo está assente no comércio extensivo, a aptidão de um povo para as prossecuções comerciais é um fator distintivo das nações que foram historicamente grandiosas no mar. Mahan contrasta dois exemplos: os ibéricos (corajosos e empreendedores, mas gananciosos e pouco organizados. Não buscaram desenvolver indústrias novas na suas colónias) e os ingleses (empreendedores e maximizadores de ganhos e oportunidades, buscaram desenvolver novos recursos nas suas colónias);
- 6 – Caráter do Governo: tipologia do governo e competência das instituições para influenciar o desenvolvimento do poder marítimo e responder à vocação marítima das suas populações (Correia, 2010). Mahan concluiu que a continuidade dos regimes autocráticos favorece o poder marítimo em relação aos regimes democráticos, descontínuos por natureza.

O legado teórico de Mahan permitiu que surgissem continuadores das suas ideias basilares, entre os quais se podem destacar os autores Raoul Castex e Jaques Pirenne (Almeida, 2012). Castex desenvolveu a teoria do perturbador continental, analisando a História das relações internacionais (essencialmente na Europa) como um conflito semipermanente entre potências continentais disruptivas e potências marítimas. Além disso, afirmou que o domínio das comunicações marítimas é o sustentáculo do poder nacional, destacando a superioridade relativa do poder marítimo em relação ao poder terrestre (Sequeira, 2014). Para Castex, a insularidade favorecia a defesa contra agressões externas. Já Jaques Pirenne desenvolveu uma análise das diferenças das matrizes políticas, culturais, e internacionais entre as talassocracias e as epirocracias.

Entretanto, além de continuadores, as teses de Mahan também produziram teorias antagônicas. Uma das principais reações às teses de Mahan sobre a primazia do poder marítimo foi protagonizada pelo britânico Halford Mackinder (Fernandes, 2003). A proposta de Mackinder (1904) era perseguir uma fórmula que expressasse certos aspectos de causalidade geográfica na história universal. Fazendo uma leitura geográfica da história, Mackinder identificou que por milhares de anos, uma série de povos cavaleiros que emergiram da Ásia, através do intervalo entre os Montes Urais e o Mar Cáspio, atravessaram os espaços abertos do sul da Rússia e chegaram até o centro gravitacional da Península Europeia. Mackinder afirmou que a formação civilizacional da Europa resultava dessa luta secular contra as invasões asiáticas. Essa área pivô – a qual Mackinder posteriormente denominou por “heartland”, tendo modificado alguns aspectos da composição geofísica e geopolítica do conceito em 1919 e 1943 em função da interação das alterações na balança de poder e nos avanços tecnológicos com o vetor geográfico do poder político internacional (Owens, 1999) – da qual emergiu a maior parte das invasões, que permitia condições de mobilidade aos povos nômades cavaleiros e “camelmen”, era a grande e contínua massa terrestre Eurasiática, caracterizada pela distribuição de rios drenados sem comunicação com os oceanos, tornando-a inacessível ao poder marítimo. Para Mackinder (1904), a ascensão das estradas de ferro transcontinentais marcava o fim da Era Colombo (iniciada pelos descobrimentos em 1500 e terminada em 1900, e que permitiu a supremacia da Europa marítima sobre a Eurásia terrestre, invertendo a lógica dominante das relações históricas entre esses povos), pois a vantagem estratégica para o exercício do domínio do mundo retornaria ao

poder terrestre, que teria maior mobilidade e seria menos dispendioso em geral do que o poder marítimo (ponto de discordância com Mahan).

O advento e a inclusão do poder aéreo (estudado por autores como Douhet e De Seversky), do espaço e do ciberespaço como domínios autónomos do poder estratégico levantaram questionamentos sobre a relevância dos espaços geográficos tradicionais, contemplados pelas teorias clássicas, na atualidade. Isso poderia levar à conclusão de superação dos binários axiais espaciais constatados por Owens e mencionados neste capítulo da investigação, tendo em vista a complexidade dos vários domínios geopolíticos e o encurtamento da distância e do tempo permitidas pelas tecnologias aéreas e da informação e comunicação. Entretanto, John Mearsheimer (2001), pioneiro da teoria do realismo ofensivo e autor primário das RI, defende que, mesmo face às novas tecnologias e aos novos domínios, a vertente terrestre - clássica - do poder continua a ter um primado decisivo na configuração da balança de poder do sistema internacional, afirmando conjuntamente que a distância geográfica propiciada pelos oceanos segue sendo um ampliador de custos das operações militares e por isso, uma barreira natural contra invasões externas. Alexander Dugin (2015), eurasianista russo, analisa a geopolítica da Rússia contemporânea com base em uma perspectiva geohistórica de antagonismo entre a civilização marítima ocidental (liderada pelos Estados Unidos) e a civilização terrestre eurasiática (liderada pela Rússia). John Sheldon (2014) e Popa (2014) defendem que o ciberpoder e sua infraestrutura geoespacial devem ser perspectivados a partir de um enquadramento geopolítico e complementar dos domínios marítimos e continentais, visto que são entidades geográficas soberanas que dão sentido ao seu uso. Saul Cohen (2015) afirma que as duas principais forças geográficas (físicas e humanas) definidoras das estruturas geopolíticas são a marítima e a continental, que constituem o fator decisivo de diferenciação das esferas geoestratégicas e das regiões geopolíticas. “In the spatial hierarchy of the global structure, the highest level is the geostrategic realm. [...] The overriding factor that distinguishes a realm is the degree to which it is shaped by conditions of “maritimity” or “continentality” (Cohen, 2015, p.41).

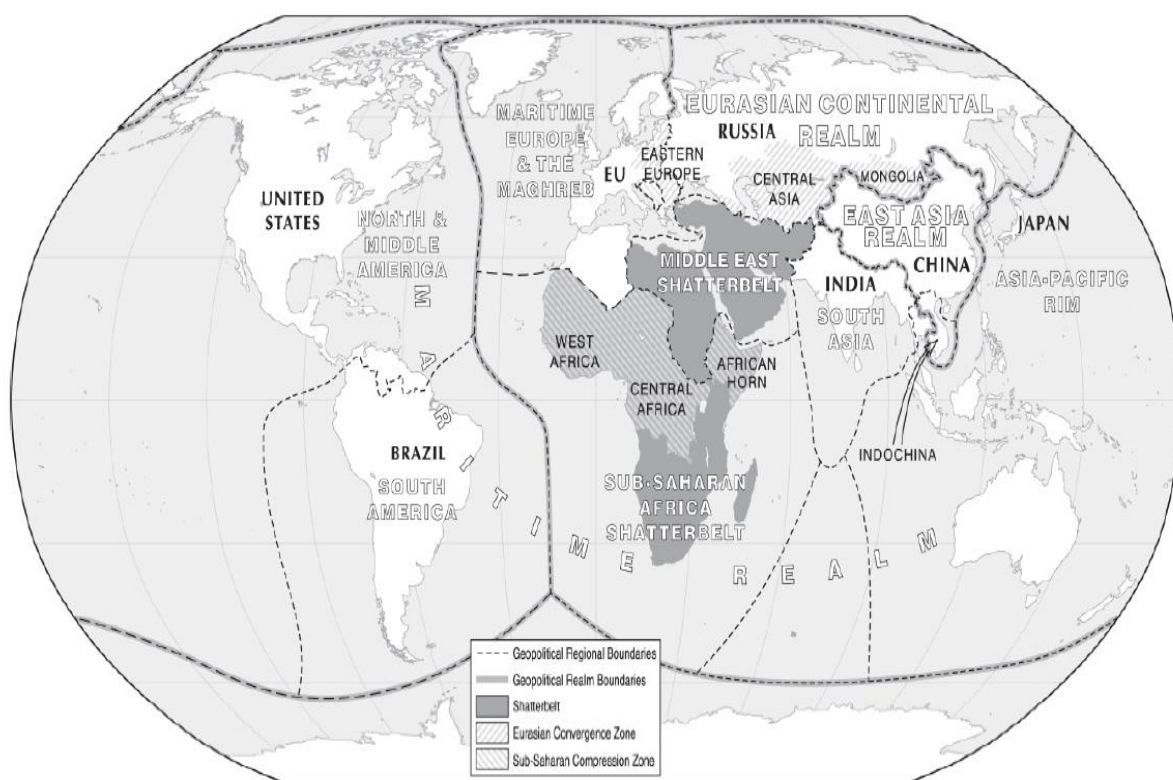


Figura 1 - Divisão de Esferas Geoestratégicas (Cohen, 2015, p. 45)

Saul Cohen (2015) divide o mundo atual em três esferas geoestratégicas: Atlântica e Pacífica (esfera marítima economicamente avançada); Eurasiática continental, cujo centro gravitacional é a Rússia; e a esfera híbrida (marítima-continental) da Ásia Oriental.

Portanto, mesmo para os autores contemporâneos, os binários axiais espaciais, especialmente o marítimo e o continental, seguem revestidos de importância para o estudo da relevância política e estratégica da geografia na prossecução do poder internacional, ou seja, para a Geopolítica (Owens, 1999).

Parte III – Análise Geopolítica e Geohistórica da China

7 – Contributos Para Uma Análise dos Elementos Geopolíticos e Geohistóricos da China

O objetivo deste capítulo é entender de que modo os aspectos e características geográficos da China, considerando a relativa continuidade milenar do heartland chinês apesar das mudanças políticas na periferia do território, influenciaram as grandes opções estratégicas chinesas

(marítima ou continental) e sua cultura estratégica, e como essas decisões foram influenciadas pela cultura estratégica.

Com isso, este capítulo parte da ideia, contemplada no ponto 4 de que a cultura estratégica interage com variáveis que têm um papel determinante na sua formação, sendo alguma delas a geografia, as experiências históricas, a balança de poder ou a rivalidade com outras comunidades de segurança, e entre outras. Este capítulo será procedido por capítulos abrangendo os estudos de caso históricos que têm como objetivo reforçar esse entendimento através da identificação de padrões de regularidade e descontinuidade do papel da cultura estratégica chinesa nas grandes decisões estratégicas do Estado chinês.



Figura 2 - Mapa Fisiográfico da China (Central Intelligence Agency, 2011).

7.1 – Uma Análise Geohistórica Sobre a Geopolítica da China e Suas Opções

Estratégias: Potência Marítima ou Continental?

A Stratfor (2012) fraciona a geografia chinesa em duas partes: o heartland chinês e as zonas-tampão ao seu redor. Segundo a Strafor, a linha isohyet de 15 polegadas é o principal elemento geofísico divisor das duas partes. Ao sul e ao leste dessa linha, o índice de chuva e a fertilidade das terras tende a ser maior em relação ao norte e ao oeste, tornando essa área mais

propensa à agricultura e ao comércio. É também ao sul e ao leste dessa linha que habita a maioria do povo de etnia Han. Tendo isso em consideração, é ao sul e ao leste da linha isohyet que se localiza o heartland chinês.

Robert McColl (1999) traça as principais características geofísicas das regiões a sul e a norte com a seguinte sistematização (adaptada):

1. Sul (inclui a costa ao sudeste, as regiões delimitadas pelos Rios Yangtze e Amarelo, a Bacia de Sichuan e as terras altas do sudoeste): as marcas geofísicas que condicionam os padrões geopolíticos dessa região são a influência do oceano pacífico (especialmente na costa ao sudeste), a presença dos rios (Yangze e Amarelo), e a adjacência às águas do Mar do Sul da China. Em geral, essa região apresenta um clima favorável para o desenvolvimento da agricultura, tendo maior índice de chuvas, e essas áreas facilitaram, historicamente, uma base económica assente na pesca e no comércio.
2. Norte (inclui as planícies do norte, Xinjiang, Tibete e a Mongólia Interior): composta por montanhas, desertos, planícies e planaltos, situando-se em áreas de climas extremos e maioritariamente escassas em recursos hídricos (devido à falta de meios naturais de drenagem), minimizando as condições favoráveis para a agricultura e gerando propensões ao “nomadismo”. A adjacência geográfica de algumas dessas áreas, como Xinjiang, Mongólia Interior e Tibete, à Ásia Central, à Ásia Meridional e à Mongólia contribuiu para que os povos dessa região fossem receptores de uma série de influências externas (persa, islâmica, mongol), o que ajudava a produzir um distanciamento cultural entre o norte e o sul (maioritariamente Han).

É a oeste da linha isohyet, portanto predominantemente nas áreas na direção norte do mapa geopolítico chinês, que se situa a cadeia de regiões não-Han (Xinjiang, Tibete, Mongólia Interior e Manchúria) que cercam o heartland (maioritariamente habitado pelo povo Han): foi nessa cadeia regional que se originaram as grandes ameaças à China (Stratfor, 2012). A China Han, a leste da linha isohyet, é uma terra fértil e chuvosa (Friedman, 2016), com rios e condições geofísicas que permitiram o desenvolvimento da agricultura e do comércio, sendo tradicionalmente uma terra de “agricultores e comerciantes”. No sentido oposto, a cadeia regional ao redor da China Han é, historicamente, marcada por ser terras de nômades e cavaleiros.



Figura 3 - Divisão Geográfica da China pela Linha Isohyet e Densidade Populacional (Friedman, 2016)

Segundo Michael Swaine e Ashley Tellis (2000) um padrão-chave entre as principais características do “security behavior” da China desde a emergência e a maturação dos primeiros impérios unificados foi o emprego de esforços (militares ativos e passivos, diplomáticos, culturais, comerciais) para controlar e neutralizar a periferia estratégica que cercava o heartland chinês. Registos históricos constataam que desde 1100 A.C (Dinastia Zhou) até 1911 (fim da Dinastia Qing), a China participou de 3,790 guerras internas e externas, e a maior parte das campanhas militares realizadas pela China imperial foram operacionalizadas para controlar ou neutralizar os povos da periferia estratégica (Swaine & Tellis, 2000). Essa periferia, segundo os dois autores mencionados, era ocupada por tribos e reinos (a exemplo dos mongóis, turcomanos, e tibetanos) ao norte, nordeste e noroeste do território chinês Han, e esses povos eram, geralmente, cavaleiros especializados no uso do arco e flecha, e seu modo de executar a guerra abrangia uma concentração de forças móveis e rápidas cujo objetivo era sobrecarregar as defesas chinesas.

Tendo em conta esses dados quantitativos e qualitativos, pode-se estimar que, historicamente, a maioria das ameaças à China tinham caráter continental. Embora isso tenha vindo a mudar a partir do século XIX, quando as pressões e invasões europeias tornaram o Pacífico uma linha central de comunicação e vulnerabilidade da China com o mundo, pode-se afirmar que a China, historicamente, tendeu a adotar opções estratégicas continentais (Stratfor, 2012),

exceto em alguns períodos específicos como a Dinastia Sung e o início da Dinastia Ming (Zhang, 2002). O primeiro princípio do poder marítimo elaborado por Mahan (1889) contribui para a explicação dessa opção estratégica continental, na medida em que calcula que Estados marítimos que estejam situados de modo a que precisem defender suas fronteiras continentais necessitam dividir seus recursos entre forças terrestres e forças marítimas. A China imperial tinha que manter exércitos volumosos para proteger-se de invasões terrestres provenientes da Ásia Central, que atravessavam as regiões a norte, o que impediu que a China construísse uma Marinha forte durante um longo período (Kane, 2002). Apesar das condições geofísicas chinesas favorecem a promoção das atividades marítimas, sua vastidão territorial e sua coesão com a Eurásia levaram a China a voltar sua atenção à defesa de suas fronteiras terrestres, em especial no norte e no nordeste do território, de onde, historicamente, emergiram as grandes ameaças à China (Lo, 1955).

7.2 – Fontes Geopolíticas da Cultura Estratégica Chinesa

Para defender suas fronteiras terrestres dos povos da periferia estratégica, a China empregou uma série de artefatos: militares, diplomáticos, culturais e comerciais. Entre esses, especialmente em períodos de fraqueza militar, a China recorreu ao que Henry Kissinger (2011) denominou por “diplomacia do Império do Meio”, que consistia numa racionalização ideológica que visava justificar a manutenção do poder imperial da China face aos povos rivais. O uso de uma projeção imaginária de majestade imperial chinesa como um dissuasor contra invasores externos acompanhava e potenciava essa ideia de império do meio. Segundo Heitor Romana (2018), a narrativa assente na autopercepção geopolítica de “império do meio” é uma das principais condicionantes da cultura estratégica chinesa enquanto decorrente de uma entidade-civilização.

Além disso, no âmbito militar operacional, a China imperial tendeu a recorrer a uma série de meios estáticos e passivos, como por exemplo, durante a Dinastia Ming, que decidiu construir uma muralha para proteger o império das invasões mongóis e dos nômades da Ásia Central (Scobell, 2014). Esse caso poderia reforçar a inerência dos ideais confucionistas-mencianos, de dar preferência a meios pacíficos em relação à guerra, nos núcleos de decisão estratégica do Estado chinês, contudo, a literatura e as evidências históricas apontam em uma direção oposta.

Embora essa muralha se estendesse da Ásia Central até a costa leste chinesa, muitas dinastias não apresentaram uma suscetibilidade cultural à defesa estática, e com base nesse padrão histórico, Iain Johnston (1995) enfraqueceu a tese de uma tradição estratégica chinesa exclusivamente confucionista de 2 mil anos. Segundo Michael Swaine e Ashley Tellis (2000), em momentos de fraqueza militar ou interna, a China tendia a operacionalizar uma série de estratégias não-coercivas, tal como o apaziguamento (entre o qual se pode incluir a diplomacia cultural exemplificada por Kissinger), comércio, presentes, pagamentos e subsídios, e defesas estáticas/passivas.

Já em períodos em que detinha capacidades relativas superiores, a China empreendia campanhas militares limitadas para neutralizar e controlar a periferia estratégica ao norte, reestabelecendo a autoridade imperial. Mesmo em campanhas de expansão, a China imperial tendia a atuar defensivamente, ou, por meio da defesa ativa (Zhang, 2002). Esse conceito engloba não apenas a autodefesa visando proteger territórios ou eliminar o inimigo após ser atacado, mas conjuga todas as modalidades de ações militares, inclusive o ataque preemptivo, sendo um dos conceitos mais importantes na doutrina do atual Exército de Libertação Nacional (Scobell, 2014).

Portanto, tendo em consideração as constatações desses autores, é possível afirmar que a influência das duas vertentes da cultura estratégica chinesa, a pacifista e a “realpolitik” ou militarista, variou consoante as condições sistêmicas e estruturais de um determinado período histórico. Em momentos de fraqueza, as estratégias não-coercivas ganhavam prevalência, e em momentos de força, as estratégias militares e coercivas eram integradas aos cálculos de decisões estratégicas como uma opção fundamental.

Essa variação de influência de cada vertente da cultura estratégica consoante o momento histórico permeou, como constatou Kissinger (2011), a decisão de abandonar as tradições marítimas e navais, resultante, em parte, do predomínio das ideias da burocracia confucionista. Os próximos pontos da investigação detalharão as relações entre as condições sistêmicas e estruturais objetivas, e as vertentes da cultura estratégica que influenciaram ou não a decisão de incorporar e abandonar o elemento marítimo durante a China imperial.

8 – Análise Geohistórica da Cultura Estratégica Chinesa: Mini-Caso da Dinastia Sung

O objetivo dos mini-estudos de caso deste ponto e do ponto seguinte (9) é contribuir, por meio da análise geohistórica, para a identificação de padrões históricos de alterações e

permanências na incorporação e na retração do elemento marítimo por parte da cultura estratégica chinesa na prossecução de sua política externa. O estudo deste mini-caso específico é guiado por duas perguntas de partida: 1 - A pergunta de partida primária da investigação: de que modo a cultura estratégica chinesa tem incorporado o elemento marítimo na prossecução da política externa chinesa?; 2 - Qual foi o papel da cultura estratégica durante a Dinastia Sung na incorporação do elemento marítimo na prossecução de sua política externa e de que modo a cultura estratégica interagiu com outras variáveis materiais e não-materiais?

A Dinastia Sung (960-1279) foi fundada pelo Imperador Taizu, que subjuguou os reinos de Nan-Han e Nan-Tang, recebendo a ajuda do contingente militar naval de Wu-Yue (que se submeteu voluntariamente ao Império de Taizu) para superar o segundo reino subjugado, por meio de uma campanha militar na qual a Marinha desempenhou um papel primordial (Schottenhammer, 2017). Em consequência disso, a China foi reunificada como império em 978.

Tal como vimos no ponto 7.1, a Dinastia Sung é considerada por alguns autores como o período marítimo excepcional na história continental da China. Uma série de fatores internos e externos propiciaram as condições para o desenvolvimento das atividades marítima, naval, e industrial. Segundo Jung-Pang Lo (1955), do ponto de vista de uma análise ampla e holística mas generalista, a expansão marítima chinesa durante o período Sung foi um processo cumulativo derivado de transformações sociológicas resultantes de mudanças geofísicas e climáticas, de turbulências políticas, e da pressão de invasores estrangeiros. A perda de produtividade do solo, a seca progressiva e as guerras frequentes desgastaram as infraestruturas vitais do norte da China, como canais de irrigação, gerando escassez de água e de recursos naturais, e em consequência disso, a migração dos chineses para as regiões costeiras implicou em uma desconstrução processual os laços deste povo às antigas capitais Shensi e Honan, no norte continental (Lo, 1955). No entanto, entre essas variáveis, houve uma variável geopolítica que, aparentemente, foi decisiva para a viragem da China Sung ao mar: as invasões terrestres ao norte do território.

Ainda que as invasões provenientes da Ásia Central e da periferia estratégica por terra fossem uma realidade que remete à Dinastia Han, elas adquiriram, segundo Thomas Kane (2002), um novo caráter na Dinastia Sung: os invasores não mais se limitavam à prática de pilhagem nos seus assaltos como na era Han, pois seus ataques já incluíam como objetivo a conquista de território. Esses invasores formaram reinos e unidades políticas nos territórios conquistados

que bloqueavam o acesso da China às rotas terrestres para o comércio e para a exploração de recursos naturais. Portanto, tendo isso em consideração, as conquistas militares por invasores externos e o estabelecimento de unidades políticas resultantes dessas conquistas ao norte chinês bloquearam as linhas terrestres de contato entre a China e a Ásia Central, o que gerou a necessidade dos tomadores de decisão chineses deslocarem as atividades económicas e as rotas comerciais do império para o mar, de modo a contornar os bloqueios impostos pelas conquistas e ocupações estrangeiras (Lo, 1955).

Durante a Dinastia Sung, o comércio marítimo era responsável por cerca de 20% das receitas monetárias do governo chinês (Kane, 2002). Contudo, o império estava sob constante ameaça externa. Apesar da economia forte e do progresso tecnológico, a China Sung era militarmente fraca, e por conseguinte, pagava pesadas indenizações de guerra aos seus inimigos. Esse fenómeno foi acompanhado de uma redução das receitas originárias dos impostos dos Estados vassallos. Segundo Kenneth Chan (2008), a ameaça externa de Estados inimigos exigiu a expansão das receitas tributárias para financiar o exército, e de acordo com os registos históricos da China imperial, em 1064, os gastos militares representavam cerca de 60% dos gastos fiscais do governo Sung, e cresceram gradualmente até atingir 70% em 1196 (Chan, 2008). Sendo assim, de acordo com o autor referenciado anteriormente, o comércio marítimo funcionava como uma fonte de receitas para compensar as perdas tributárias e para financiar o exército. Visando confrontar as ameaças terrestres provenientes dos regimes da periferia estratégica, o império Sung adotou uma estratégia híbrida, combinando métodos de defesa ativa, manobras diplomáticas, apaziguamento, e políticas de aliança, e pela metade do século XI, o número de soldados do exército imperial ultrapassou um milhão (Swaine & Tellis, 2000).

Além do mais, embora a condição de potência marítima comercial tenha gerado a necessidade de desenvolvimento de uma Marinha forte para proteger o comércio marítimo chinês, o alcance da projeção naval chinesa não foi além das suas águas mais imediatas (Schottenhammer, 2017; Kane, 2002).

Tendo em vista essas constatações históricas, Kissinger (2011) analisou as opções estratégicas da China Sung a partir da ideia de império do meio. Segundo o autor Americano, a China liderava o mundo em tecnologia náutica durante a Dinastia Sung, e apesar de portar capacidades materiais para conduzir o império à uma era de conquista e exploração, não demonstrou interesses nos países distantes da sua costa. Era inerente à ideia de império do

meio considerar a China como o “centro do mundo”, e por isso, segundo as interpretações dos tomadores de decisão sobre essa ideia, o império não precisava aventurar-se em conquistas missionárias (Kissinger, 2011). No “modo chinês” de perceber as relações internacionais, o tributo à “superioridade” chinesa por parte dos Estados vassalos era considerado suficiente para constituir a ordem “natural” do mundo. No entanto, essa variável cultural estratégica não operou isoladamente, e sendo assim, oferece uma explicação no mínimo insuficiente sobre a opção estratégica chinesa de não se expandir além das suas águas imediatas, e aparentemente, pouco explica a decisão de recorrer ao poder marítimo neste mini-estudo de caso.

Apesar de Kissinger afirmar que a China portava uma frota marítima dotada de capacidades materiais de projeção global, as evidências históricas indicam uma situação adversa à essa tese. Tal como constatado acima, uma parte das receitas adquiridas através do comércio marítimo era investida no exército para fazer frente às ameaças terrestres. Com isso, pode-se aplicar o primeiro princípio do poder marítimo de Mahan (1889), visto que o facto da China ter dividido seus recursos entre o poder marítimo e a defesa das suas fronteiras terrestres pode ter impedido uma exploração plena e completa da sua frota marítima e naval para fins expansivos. Isso não necessariamente invalida a tese de Kissinger que a percepção de centro do mundo atuou como um fator contributivo para o entrave à expansão marítima, mas à luz das evidências quantitativas e qualitativas, a influência dessa variável cultural estratégica nessa decisão aparenta ter sido secundária.

Portanto, aplicando a matriz teórica do realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979), as pressões sistêmicas e estruturais do sistema internacional, materializadas pela vulnerabilidade relativa da China face às unidades rivais e inimigas (resultado da geografia permeável do heartland e das vantagens militares relativas dos povos ocupadores da periferia estratégica), levaram o Império a recorrer ao poder marítimo e a investir os lucros resultantes do comércio marítimo no exército como forma de incrementar suas capacidades internas para contornar e confrontar as ameaças provenientes dessas unidades. O papel da cultura estratégica na decisão estratégica da China Sung de recorrer ao poder marítimo foi, aparentemente, nulo, e foi secundário no que diz respeito à decisão de não projetar esse poder globalmente.

9 – Análise Geohistórica da Cultura Estratégica Chinesa: Mini-Caso da Dinastia Ming

Este mini-estudo de caso é guiado por três perguntas de partida, sendo a primeira a pergunta oficial da investigação. A segunda pergunta indaga qual foi o papel da cultura estratégica

chinesa na retração do poder marítimo por parte da Dinastia Ming no âmbito da prossecução de sua política externa. E por fim, como os efeitos dessa retração se manifestaram na Dinastia Qing?

O império da Dinastia Ming (1368-1644) foi fundado e erguido após libertar a China de séculos do domínio mongol, concretizando sua reunificação.

A política marítima da Dinastia Ming representa uma antítese da Dinastia Sung e um retorno da China à continentalidade. É possível antecipar que o papel desempenhado pela cultura estratégica na retração dos mares no âmbito da política externa do império Ming foi primordial. Em 1371, o recentemente coroado imperador Hongwu (1368-1398) introduziu a política de proibição do comércio marítimo privado, que foi institucionalizada para que o império mantivesse um controlo sistemático sobre os contatos do povo chinês com os povos estrangeiros e sobre as relações comerciais entre eles. Exportações e importações originárias do comércio privado foram proibidas, e a infraestrutura dedicada ao comércio marítimo ficou paralisada (Kangying, 2010).

Yongle (1402-1424), um dos imperadores posteriores a Hongwu, promoveu as viagens de Zheng He como forma de estabelecer meios de comunicação direta entre o imperador e os Estados tributários, assimilando o comércio ao poder do Estado de modo a minimizar os canais ilegais de comércio marítimo (Finlay, 2008). Embora grande parte da literatura especializada e não-especializada defina as expedições de Zheng He como “peaceful voyages of discovery” (Graff, 2007, p. 214), é possível considerar que essas expedições promovidas pelo imperador Yongle faziam parte de um esforço estratégico de projeção de poder da China imperial visando integrar Estados distantes no sistema tributário da Dinastia Ming (Graff, 2007). Sendo assim, um dos objetivos primários dessas expedições, que exploraram o Pacífico e o Índico e alcançaram a costa da África Oriental, era centralizar o comércio marítimo (Finlay, 2008). Não obstante, após o retorno de Zheng He, a China imperial retirou-se dos mares. “When Zheng He returned from his final voyage, though, China turned its back on the seas” (Cheng, 2011, p.2).

Por consequência desse abandono posterior às expedições, o sistema sustentador do poder marítimo chinês adentrou uma época de estagnação e declínio (Chang, 1992).

Segundo Robert Finlay (2008), a proibição do comércio marítimo privado se enquadrava em uma campanha de reação contra a persistente ameaça proveniente dos antigos ocupadores

mongóis, visando a restauração dos valores chineses fundamentais. Portanto, Hongwu aspirava à uma conformação do império aos valores confucianos. Na aplicação desses valores, o império rejeitou a tolerância ao comércio privado e ao fluxo de estrangeiros resultante dos intercâmbios comerciais. Com isso, as relações tributárias adquiriram um caráter sistemático. A administração Hongwu elevou o papel do confucionismo a um nível sem precedentes. Os textos da filosofia confuciana passaram a desempenhar a função de “carta magna” do império, e a corte imperial ordenou a construção de uma série de templos confucionistas pelo país (Kangying, 2010). Devido a isso, o comércio marítimo foi subordinado a um processo que Thomas Kane designa por “court politics” (Kane, 2002, p. 27). Esse processo caracteriza-se pela hostilidade da burocracia confucionista, de orientação continental (Nohara, 2017), ao comércio marítimo, que na ideologia confuciana, é associado à ganância e à baixa moralidade. Além disso, essa burocracia temia que o poder económico dos comerciantes pudesse ser transformado em poder político, e deplorava a influência de ideias estrangeiras na China originárias dos contatos comerciais, e ambos, para os confucionistas, poderiam comprometer a ordem e a estabilidade do império (Kane, 2002; Schottenhammer, 2017). Em 1525, o imperador ordenou que todos os navios com mais de um mastro fossem destruídos, e em 1555, o governo declarou que utilizar navios desse gênero era um crime equivalente ao de espionagem (Kane, 2002). Portanto, “Confucians never really took to the sea (the great expeditions of 1405-35 were led by a court eunuch of Moslem origin) and, emphasizing as they did the virtues of self sufficiency and the superfluity of foreign trade, they did not evolve a concept of seapower.” (Modelska & Thompson, 1988, p. 6).

Visando confrontar a ameaça de povos nômades e mongóis na sua periferia estratégica, a Dinastia Ming recorreu, sem sucesso, a medidas de defesa ativa (Zhang, 2002; Swaine & Tellis, 2000), e devido à sua acentuada percepção de ameaça e aos seus insucessos militares, decidiu operacionalizar métodos de defesa passiva, entre os quais um dos mais notáveis foi a muralha que se estendia da Ásia Central à costa leste chinesa (Scobell, 2014), tal como estudado no ponto 7.2.

É possível identificar que: 1 – a vertente cultural-estratégica associada ao confucionismo, estudada no ponto 5 desta investigação, prevaleceu como uma variável protagonista e influenciadora da decisão de abandonar os empreendimentos marítimos durante a Dinastia Ming; 2 – o papel da burocracia confucionista parece enquadrar-se em uma realidade que

aproxima-se ao modelo burocrático na análise de política externa, em que agências, grupos de interesse e unidades burocráticas de um Estado visam adquirir influência no processo de tomada de decisão em política externa (Alden & Aran, 2017). Segundo Kangying, durante a China Ming, a formação de círculos de influência no âmbito do poder político era fortemente marcada por conflitos entre grupos de interesse. Esses grupos tinham um impacto direto no processo de policy-making. Consoante as evidências históricas verificadas neste estudo de caso demonstram, a burocracia confucionista teve um impacto preponderante na retração da China dos mares.

9.1 – Os Efeitos da Política Marítima Ming na Dinastia Qing

Quishan, funcionário chinês que cumpriu função diplomática durante a missão de Lord Palmerston iniciada em 1834, notou que a China era incapaz de fazer frente ao poder de fogo naval britânico, e que as armas chinesas eram resquícios da Dinastia Ming (Kissinger, 2011). O término dessa missão foi culminado com a assinatura do Tratado de Nanquim e do Tratado de Bogue. Os tratados estipulavam o pagamento de 6 milhões de dólares em indenização aos britânicos, cedência de Hong Kong e abertura de cinco portos signatários pelo litoral. Posteriormente ao tratado britânico, o presidente americano John Tyler iniciou uma missão na China para obter concessões semelhantes, e os franceses negociaram seu próprio tratado em termos análogos. Esses tratados iniciaram uma era de “tratados desiguais” assinados à base da força militar estrangeira (Kissinger, 2011, p. 44).

É possível constatar que essas forças militares estrangeiras atuaram, principalmente, através do mar, e triunfaram sobre as defesas costeiras chinesas com relativa facilidade devido ao seu poderio tecnológico relativo superior. Angela Schottenhammer constatou que durante a Dinastia Qing, houve uma continuidade da política marítima da sua antecessora (Dinastia Ming). A Marinha foi mantida somente para fins defensivos limitados à costa chinesa, e o comércio marítimo foi limitado para o suprimento de recursos básicos. Com isso, face à superioridade dos seus adversários permitida pela Revolução Industrial, a China se viu forçada a ceder seu isolamento e suas relações tributárias previstas pela sua cosmologia tradicional e foi integrada no mercado internacional, e sua derrota na Guerra do Ópio foi um marco disruptivo nesse sentido (Chang, 1992).

Parte IV – Poder Marítimo e Cultura Estratégica da República Popular da China

10 – A República Popular da China e a Incorporação do Elemento Marítimo

Este capítulo guia-se por dois objetivos fundamentais. O primeiro é descrever e contextualizar a incorporação do elemento marítimo por parte da República Popular da China no período posterior ao governo de Mao Tse-Tung, analisando as principais forças modificadoras – internas e externas – que constituíram e moldaram a condução desse processo.

Posteriormente, através de um estudo de caso sobre a dimensão marítima da Belt and Road Initiative, pretende-se analisar o nexos da cultura estratégica da RPC com o elemento marítimo na condução de sua política externa.

Essas dimensões de análise podem indicar as continuidades e descontinuidades históricas da cultura estratégica chinesa em relação ao mar, e apontar tanto alguns graus de dissemelhança como de regularidade histórica à luz do que já foi estudado nesta investigação.

10.1 – O Poder Marítimo da República Popular da China: Contextualização e Análise Geopolítica

Perspectivando o mini-estudo de caso do ponto 9, pode-se constatar uma alteração das interações da China com o seu ambiente geopolítico durante o século XIX: a costa marítima passou a ser a zona vital de vulnerabilidade da China, pois as principais pressões e imposições estrangeiras, a partir daquele período, provinham de potências navais, ou seja, as potências imperiais europeias, os Estados Unidos, e o próprio Japão (Stratfor, 2012). Isto sinalizou brevemente a inversão de uma tendência histórica milenar, visto que, historicamente, as grandes ameaças ao território chinês tinham origem maioritariamente continental. Embora no pós-II Guerra mundial e na Guerra Fria a continentalidade tenha ganhado novamente primazia nas grandes decisões da China no âmbito da prossecução de sua política externa, o período de transição para o mundo pós-Guerra Fria concretizou as alterações identificadas no século XIX, e as opções estratégicas da China acompanharam essa mudança.

Após a fundação da República Popular da China em 1949, a matriz dominante da geopolítica chinesa continuou a ser a continentalidade.

Aplicando o quadro analítico e conceptual de Saul Cohen (2015) das esferas geoestratégicas, durante o governo de Mao Tse-Tung, a China esteve orientada à esfera continental eurasiática, estando inicialmente subordinada ao heartland soviético, e mais tarde, atuou como competidora da União Soviética. Ao longo desse período, houve um processo de interiorização e ruralização da China, em que as prioridades estratégicas eram maximizar a estabilidade interna e reduzir as dependências externas, e para Mao, a maritimidade durante a Dinastia Qing tinha sido fonte de corrupção, desigualdade, dependência e fraqueza externa, refletidas nas sucessivas derrotas sofridas pelas potências europeias e pelo Japão, e com isso, a China maoísta optou pela continentalidade e manteve a Marinha como uma força orientada para a defesa costeira (Cohen, 2015; Stratfor, 2012; Kane, 2002). Em função disso, no governo de Mao, as grandes indústrias produtivas foram interiorizadas ao noroeste do território, em posição conjunta às áreas rurais, reduzindo sua exposição à economia marítima e ao rival soviético.

No entanto, três eventos disruptivos contribuíram para o desencadeamento de forças e fatores que levariam a China a uma transformação favorável à adoção e à construção do poder marítimo:

1. A diplomacia de Nixon e a abertura à China: em 1972, a Administração Nixon tirou partido da rivalidade sino-soviética para promover uma parceria bilateral com a China em função da ameaça soviética comum e de objetivos menores eleitorais por parte do presidente americano, que buscava vias para aumentar sua pressão sobre o Vietnã do Norte (Kaplan, 2010; Bader, 2012; Lieberthal, 2012). Essa parceria sino-americana dissolveu décadas de isolamento nas relações bilaterais, subordinando o antagonismo ideológico ao imperativo estratégico.
2. As reformas de Deng Xiaoping: sucedendo a diplomacia de Nixon e a dissolução do isolamento internacional chinês, em 1978, na terceira sessão plenária do 11º Comité Central do Partido Comunista da China, o governo liderado por Deng Xiaoping inaugurou uma era de reformas e abertura (Wei, 2015). Esse processo culminou a integração internacional da China, cujo prelúdio se manifestou pela parceria sino-americana. As reformas de Deng Xiaoping e as transformações económicas procedentes constituíram um processo no qual a China se fez um agente ativo da globalização e, progressivamente, um exportador atuante (Mendes, 2015).

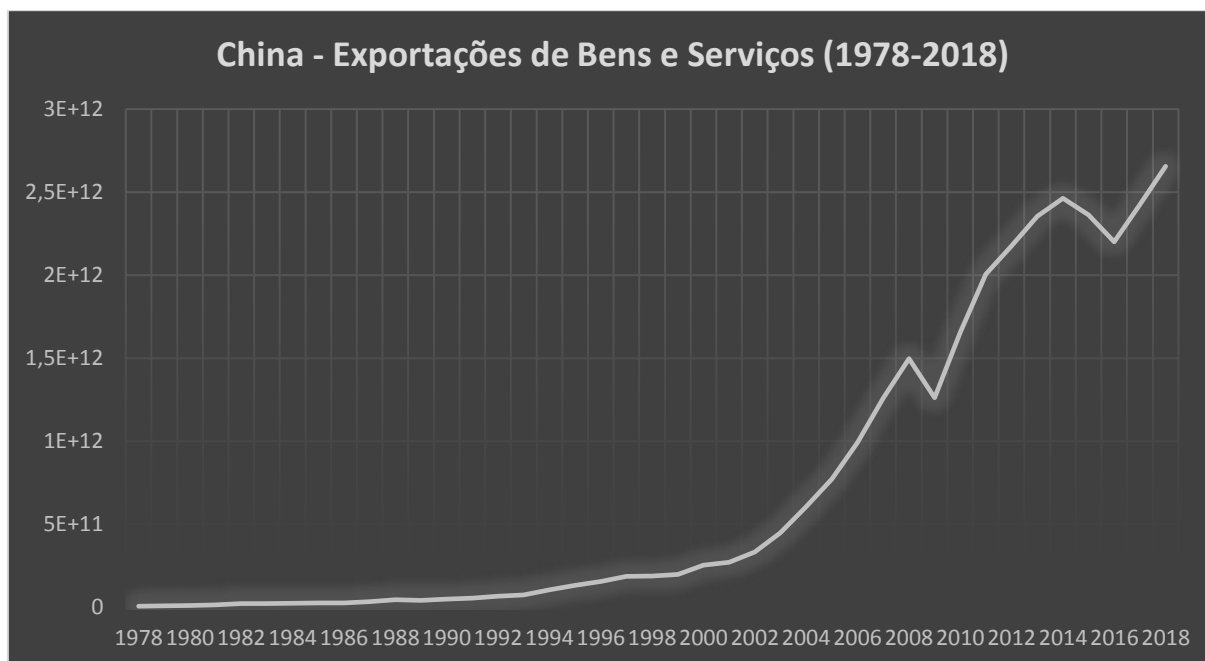
3. A queda da União Soviética: o desmembramento dessa ameaça continental permitiu que a China mobilizasse mais esforços para a construção do seu poder marítimo, em consequência da segurança das suas fronteiras terrestres (Cohen, 2015).

Após esses três eventos disruptivos, a China, gradualmente, firmou-se como a potência centro de gravidade da Ásia Oriental, e desenvolveu uma volumosa base económica orientada ao espaço marítimo, que é combinada com suas qualidades continentais. Isso permitiu que a China se desanexasse da esfera continental eurasiática e liderasse uma esfera geoestratégica híbrida (marítima-continental) e independente na Ásia Oriental. Esse processo foi marcado pelo deslocamento dos centros económicos-industriais no interior a noroeste do território para o litoral, com o estabelecimento de zonas económicas especiais e com a valorização de áreas como Guandong, Zhejiang e Xangai (Cohen, 2015). Esse deslocamento das indústrias pesadas foi acompanhado pela emergência de um setor de serviços abrangente e das indústrias high-tech, onde a Zona Económica Especial de Shenzhen e a Zona de Livre Comércio de Xangai desempenharam uma função crítica. A incorporação de Hong Kong reforçou a tendência de reconfiguração económica em torno do litoral, restituindo uma alteração iniciada na era Qing. Segundo Cohen, “The Pearl River delta region, propelled by the economic dynamism of its Hong Kong core and Guangzhou’s manufactures, accounts for 40 percent of China’s exports and 10 percent of total economic output.” (p. 288).

Impulsionado pelas reformas, de 1978 a 2018, o PIB chinês cresceu a uma média anual de cerca de 10% segundo dados do Banco Mundial (The World Bank, 2020). Além disso, as exportações chinesas tiveram um crescimento exponencial a partir dos anos 2000, e em 2018, segundo a base de dados do Banco Mundial, a China foi o segundo maior exportador do mundo, ficando atrás somente da União Europeia. Ademais, segundo a mesma base de dados, em 1979 o comércio internacional equivalia a cerca de 11% do PIB da China, e passou a representar cerca de 65% em 2006. Em 2018, o comércio internacional representou aproximadamente 38% do PIB chinês, o que manifesta uma queda significativa em relação aos 12 anos anteriores, embora ainda constitua uma percentagem considerável do PIB.

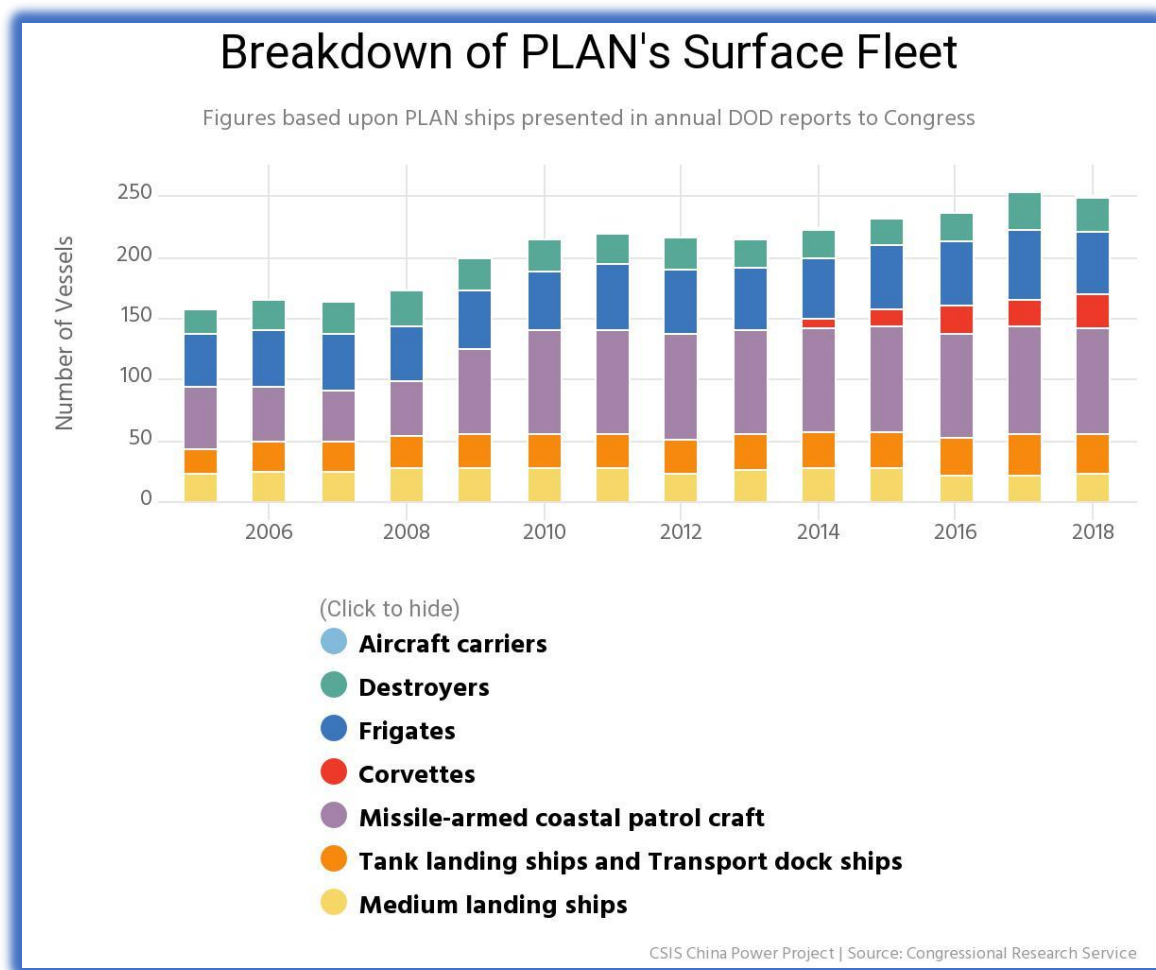
Portanto, a reorientação da economia chinesa em torno das regiões litorâneas ao sul coincide com um aumento acentuado das atividades económicas, revelado pelo PIB, e das exportações, que, consoante as indicações dos dados, foram favorecidas por essa reconfiguração geográfica.

Figura 4 - Exportações da China: 1978-2018 (The World Bank, 2020)



A crescente atuação no comércio global e o crescimento económico conjugaram-se a um investimento significativo nas capacidades da Marinha, observável pela expansão quantitativa dos ativos (no sentido de assets) militares navais da China. Segundo o Center for Strategic and International Studies (2019), de 2006 a 2018, a totalidade dos principais ativos do People's Liberation Army Navy (PLAN) cresceu expressivamente, e esse crescimento manifestou-se enfaticamente no aumento de navios-patrulhas armados com mísseis e, em menor expressão, de navios de tipologia corveta. Portanto, essa inserção na economia global justificou investimentos maiores na Marinha, aparentemente com vistas a proteger o comércio marítimo, os centros económicos no litoral chinês e as linhas de comunicação marítima (Nohara, 2017).

Figura 5 - Expansão dos Ativos Militares da Marinha (Center for Strategic and International Studies, 2019)



Ademais, face a esse incremento de suas capacidades, a China tem operacionalizado um comportamento assertivo e, contrariamente às crenças e narrativas propagandísticas de “desenvolvimento pacífico” (Scobell, 2002), expansivo naquilo que considera sua esfera de influência regional. Jung e Lee (2017) elaboraram um estudo estatístico de avaliação das agressões militares chinesas na era pós-Mao, e os autores constataram que a China tem se tornado mais agressiva na medida em que suas capacidades económicas se fortalecem. Mais especificamente, a atuação chinesa em relação aos seus oponentes de disputas territoriais tem se caracterizado por uma crescente hostilidade. Essa observação reforça as afirmações dos realistas ofensivos que sugerem que uma China mais poderosa será também mais agressiva. Andrew Scobell (2018) sistematizou as zonas de conflito e crise (ZCC) da RPC em três circunstâncias históricas:

1 – Anos 50: a Coreia representava a zona primária, e o Taiwan, secundária;

2 – Anos 60-80: a principal zona de conflito e crise era a vasta fronteira continental com a União Soviética;

3 – Anos 90-Atualmente: as ZCC mais proeminentes são marítimas, a exemplo do Estreito de Taiwan, o Mar do Leste da China e o Mar do Sul da China.

Robert D. Kaplan (2010, p. 38) sugere que a China exerce uma soberania análoga à Doutrina Monroe nas águas internacionais contíguas e nas águas disputadas, que reflete uma militarização das ilhas do Mar do Sul da China e, em menor medida, a ênfase narrativa na importância da centralidade das instituições multilaterais asiáticas na configuração das relações interestatais regionais (Blackwill & Tellis, 2019).

No plano documental, a importância do poder marítimo é reconhecida em documentos primários da estratégia nacional chinesa, a exemplo do livro emitido em 2019 pelo Conselho de Estado, intitulado “China’s National Defense in the New Era”. O livro define 9 objetivos operacionais de defesa nacional, sendo algum deles: dissuadir e resistir agressões; salvaguardar a segurança política nacional, a segurança da população e a estabilidade social; contrariar e conter o independentismo do Taiwan; combater proponentes de movimentos separatistas no norte da China; salvaguardar os direitos e interesses marítimos; salvaguardar os interesses de segurança no espaço exterior, no espaço eletromagnético e no ciberespaço; salvaguardar os interesses no estrangeiro. “China exercises its national sovereignty to build infrastructure and deploy necessary defensive capabilities on the islands and reefs in the South China Sea, and to conduct patrols in the waters of Diaoyu Islands in the East China Sea. China is committed to resolving related disputes through negotiations with those states directly involved on the basis of respecting historical facts and international law” (p. 7). Embora esse documento oficial apresente as linhas gerais da estratégia declaratória da China atualmente, alguns projetos e meios específicos para alcançar os fins declarados não estão mencionados, a exemplo da da Belt and Road Initiative. Nesse sentido, opta-se por analisar a incorporação do poder marítimo, sob a matriz da cultura estratégica e das teorias auxiliares, através de um estudo de caso sobre a BRI, na medida em que essa possa elucidar as dimensões geográficas da cultura estratégica chinesa. Apesar da BRI apresentar uma natureza essencialmente híbrida (que pode ser um reflexo da cultura estratégica da RPC), alguns objetivos identificados através da análise da sua dimensão marítima parecem corresponder aos objetivos estratégicos declarados no livro de defesa emitido em 2019, e a sua consagração na

constituição chinesa justifica, parcialmente, sua escolha enquanto um objeto de análise que expressa-se nos planos legais documentais e nas estratégias operacionais da China.

10.2 – A Belt and Road Initiative Como um Reflexo de uma Cultura Estratégica Nascente da República Popular da China: Um Estudo de Caso

Este estudo de caso é guiado por duas perguntas de partida, sendo a primeira a pergunta de partida oficial da investigação. A segunda é: de que modo a dimensão geopolítica da Belt and Road Initiative reflete a cultura estratégica da República Popular da China?

O objetivo é analisar a Belt and Road Initiative a partir do enquadramento da cultura estratégica chinesa e sua relação com o elemento marítimo, recorrendo a teorias e modelos analíticos auxiliares quando pertinente, através da explicação de suas dimensões geopolíticas, examinando enfaticamente a incorporação da Maritime Silk Road sem perder de vista o caráter geopolítico híbrido da iniciativa.

10.2.1 – Uma Introdução à Belt and Road Initiative

Uma das problemáticas iniciais que se revela ao abordar a BRI é a sua ambiguidade, na medida em que “There is no official definition for what qualifies as a BRI project. There are Chinese-funded projects in countries not participating in the BRI that share many of the same characteristics” (Hillman, 2018, p. 1). No entanto, há uma série de interesses, objetivos, e projetos que aparentam estar coerentemente englobados na iniciativa. Nesse sentido, Andrew Chatzky e James McBride (2020) apontam indicações conducentes à uma possível definição não-oficial e sintética quando afirmam que: “Launched in 2013 by President Xi Jinping, the vast collection of development and investment initiatives would stretch from East Asia to Europe, significantly expanding China’s economic and political influence.” Adotando os elementos e critérios que os autores ponderaram para descrever a BRI, pode-se afirmar que a iniciativa é uma ampla coleção de iniciativas de desenvolvimento e investimentos cuja abrangência geográfica estende-se da Ásia Oriental à Europa.

A complexidade da BRI possibilita a aplicação de variadas abordagens e modelos teórico-analíticos para o seu estudo. Yiping Huang (2016), por exemplo, avalia a Belt and Road enquanto uma iniciativa introdutora de reconfigurações na organização da governança económica global, e elabora cinco áreas prioritárias para sua execução:

policy dialogue; infrastructure connectivity; unimpeded trade; financial support; and people-to-people exchange.

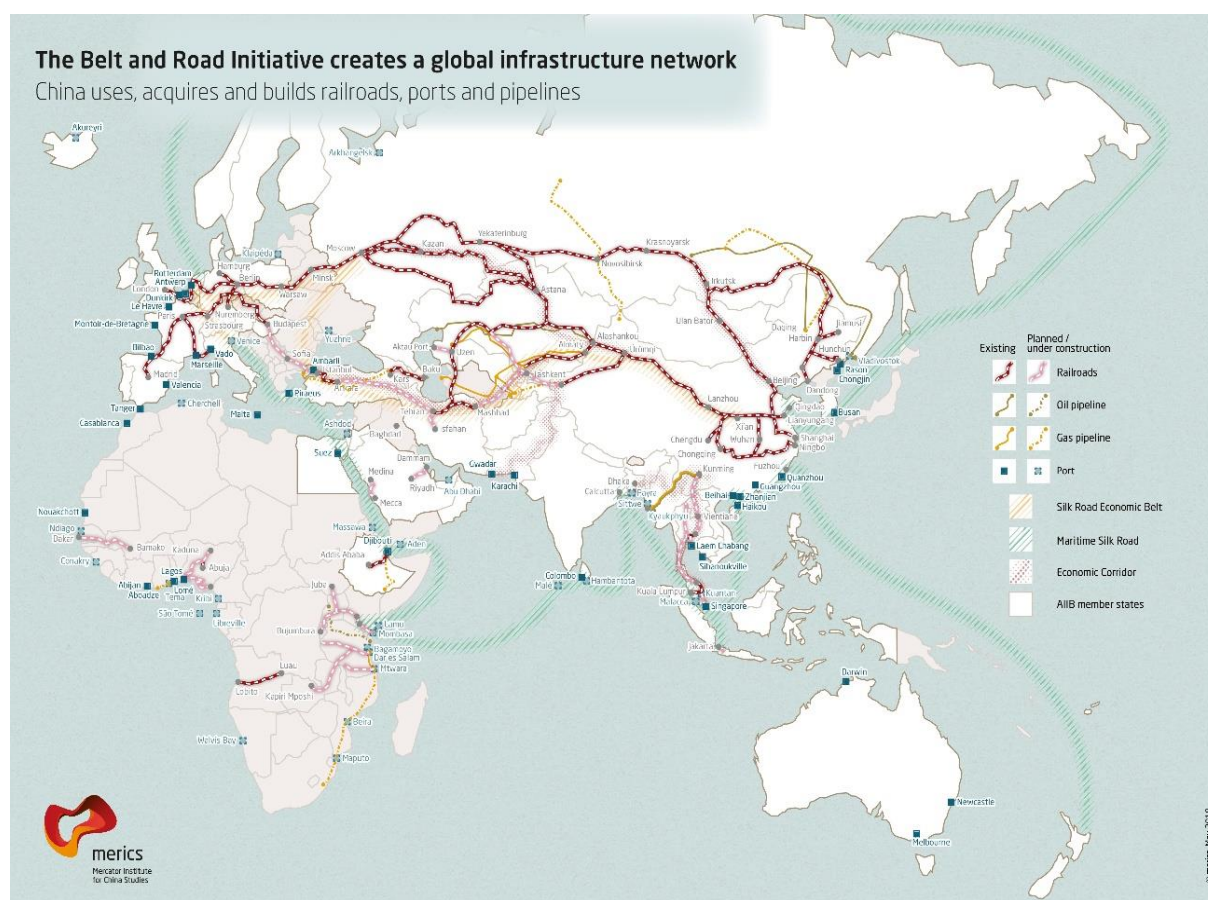
Por outro lado, há múltiplos autores que adotam uma abordagem geopolítica para o estudo da BRI, e essas abordagens são as referências fundamentais deste estudo de caso, na medida em que para se analisar de que modo a BRI e a MSR refletem e explicam a cultura estratégica da RPC e sua incorporação do elemento marítimo, a aplicação dos modelos e teorias de análise geopolítica adquire relevância.

10.2.2 – Uma Análise Geopolítica da BRI

A complexidade da Belt and Road Initiative traduz-se nos variados domínios geopolíticos abrangidos pela iniciativa. No Fórum da Belt and Road Initiative em 2017, o presidente chinês Xi Jinping exortou a conectividade dos setores terrestre, marítimo, aéreo e ciberespaço (Xinhua Net, 2017). Embora promova a interação e a interdependência entre diferentes domínios setoriais, os corredores económicos e as rotas marítimas mapeadas da BRI demonstram uma “geographically-targeted approach” (Hillman, 2018, p. 2), indicando que a iniciativa é composta por duas grandes vertentes geográficas que constituem sua dimensão geopolítica (Eder, 2018): 1. Silk Road Economic Belt (SREB; vertente terrestre); 2. Maritime Silk Road.

Posto isto, os dois principais binários axiais espaciais categóricos – marítimo e continental – estudados no ponto 6 aparentam ser uma matriz de base pertinente para uma análise geopolítica da BRI.

Figura 6 – Visão Geral das Rotas da Belt and Road Initiative (Eder, 2018)



A rota da SREB, cujo ponto de partida é a China, é marcada por linhas geográficas de conectividade entre a China e a Ásia Central, chegando à Europa Oriental e Ocidental, e entre a China e a Ásia Meridional e Ocidental (Zhou & Esteban, 2018). Seis corredores económicos ilustram esse projeto: 1. Nova Ponte Terrestre Eurasiática; 2. Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental; 3. Corredor China-Paquistão; 4. Corredor Bangladesh-China-Mianmar; 5. Corredor China-Mongólia-Rússia; 6. Corredor China-Península Indochina (Gill, Lall & Lebrand, 2019).

Por outro lado, as linhas geográficas de interconexão da MSR percorrem os portos do litoral chinês através do Mar do Sul da China até o Oceano Índico, estendendo-se à África e à Europa (Huang, 2016). O Pacífico e o Ártico também estão incorporados na MSR, tal como é possível constatar na figura 6.

Uma análise geopolítica das duas vertentes categóricas deve, idealmente, ser conjugada com a identificação dos interesses subjacentes de modo a se alcançar um entendimento mais holístico para os fins deste estudo.

Os drivers económicos da BRI exprimem-se ativamente pela desaceleração económica em vigor desde 2012 e pelo “novo normal”, conceito que descreve a desaceleração do crescimento e os desafios de se instituir a transição do modelo económico assente na exportação para um baseado no mercado interno e em setores de maior valor agregado e associados à inovação (Wang, 2016). O problema do excesso de capacidade (overcapacity) contribuiu significativamente para esse processo, gerando a urgência de se buscar novos mercados de exportação. Além disso, ao desenvolvimento económico pós-1978, agregaram-se medidas e esforços para reduzir as desigualdades entre as províncias ao leste (litoral) e ao norte e oeste, mas para as duas últimas, persistia um problema considerável, que era “the lack of direct access to international markets that had proved so successful for the eastern provinces in the 1980s” (Clarke, 2017, p. 73). Devido a isso, as regiões ao noroeste adquiriram centralidade em determinados projetos da BRI. Os corredores China-Ásia Central-Ásia Ocidental e China-Paquistão, por exemplo, visam incrementar a conectividade internacional entre Xinjiang e a Eurásia (Clarke, 2017).

Esses drives económicos conjugam-se com uma lógica estratégica subjacente à iniciativa, que pode ser sistematizada em 3 grandes interesses:

1. Romper a percepção de cerco por parte das forças americanas (Clarke, 2017; Zhou & Esteban, 2018): a crescente dependência da China em importações realizadas por vias comerciais marítimas (Cole, 2016) é, na visão dos decisores chineses, uma fonte favorecedora de vulnerabilidade relativa às forças americanas no Indo-Pacífico. A percepção de cerco chinesa em relação à presença americana na Ásia apresenta compatibilidade com o 2º princípio do culto de defesa chinês, elaborado por Andrew Scobell, sobre a elevada percepção de ameaças concatenada à cultura estratégica chinesa;
2. Diversificar as rotas de comércio e reduzir dependências (Wey, 2019): a vertente terrestre da BRI diversifica as rotas comerciais e reduz as vulnerabilidades estratégicas resultantes da dependência em rotas marítimas. “Promoting economic development in the western province of Xinjiang, where separatist violence has been on the upswing, is a major priority, as is securing long-term energy supplies from Central Asia and the Middle East, especially via routes the U.S. military cannot disrupt” (Chatzky & McBride, 2020);
3. Projetar influência geoeconómica (Huang, 2016): através da BRI, a China pretende alargar sua esfera de influência e cooperação económica na Eurásia, e moldar a governança das instituições internacionais ao seu favor. Grande parte das economias abarcadas pela iniciativa

são mercados em desenvolvimento com potencial de crescimento, havendo com isso prospectos favoráveis às exportações chinesas.

Uma análise da BRI baseada nas teorias clássicas sobre poder terrestre e poder marítimo desenvolvida por Adam Wey (2019) reconhece uma estrutura híbrida associada à iniciativa: a SREB enquadra-se em um modelo de análise cuja teoria dirigente é a de Mackinder, enquanto a MSR tem um caráter “Mahaniano”. A faixa geográfica da SREB, segundo o autor, remete ao Heartland de Mackinder, consistindo na massa terrestre do noroeste chinês, Ásia Central, Ocidental e Meridional, e por fim alcançando à Europa, semelhante ao mapa conceptual da teoria de Mackinder, embora as diferenças entre ambos permitam uma interpretação não-linear, na medida em que a Rússia (potência-eixo do Heartland para Mackinder) não tem uma posição central na SREB.

Além disso, não há evidências que indiquem que a SREB tem uma orientação voltada à conquista territorial, prevista por Mackinder como o fator fixador do domínio da Eurásia e das regiões contíguas por parte dos antagonistas continentais do Reino Unido.

Ponderadas as devidas diferenças, é possível manter as semelhanças em equilíbrio, não invalidando a operacionalização da teoria de Mackinder para este caso.

Em contrapartida, Wey analisou a MSR a partir de um enquadramento “Mahaniano”. De acordo com o autor, a frente oceânica da BRI é favorecida pela composição geográfica do território chinês, que favorece o seu acesso a portos e a infraestruturas marítimas críticas, e pelo desenvolvimento económico acentuado das regiões e províncias no litoral. Visto que, segundo Wey, o comércio da China depende em larga escala das linhas de comunicação marítima e de uma logística de suporte, a MSR reflete uma necessidade de colmatar o poder marítimo chinês em ascensão e investir nas suas capacidades de projeção global, como o fez os Estados Unidos no século XIX e início do Século XX.

A construção de infraestruturas marítimas ao longo das linhas geográficas da MSR, como portos que conectam a Eurásia através Índico via Ásia Meridional - a exemplo do porto de Gwadar no Paquistão (Brewster, 2017) – aparentam ter aspectos comerciais e estratégicos subjacentes condizentes com os três fatores-chaves para as políticas marítimas elaborados por Mahan (1889): produção, navegação e colónias (entenda-se por colónias as infraestruturas facilitadoras do comércio marítimo e do poder naval em nações estrangeiras). O fator económico produtivo subjacente à BRI é impulsionado pela navegação visando a exportação,

maximizada por portos e infraestruturas comerciais e militares que garantem a segurança das linhas de comunicação marítima.

A natureza geográfica híbrida da iniciativa, semelhantemente, corresponde aos mapas conceptuais de Mackinder, abrangendo uma porção da massa terrestre eurasiática e o seu exterior marítimo, denominadas “regiões marginais” pelo autor no seu artigo de 1904. Esse exterior do Heartland é composto pelas terras orientadas para o Pacífico e para o Índico, os golfos do Médio Oriente, e a Europa atlântica. Essa correspondência é observável pelas rotas traçadas da MSR na figura 6.

“The combination of Mackinder and Mahan’s geopolitical and strategic thoughts provides the plausible interpretation that China’s BRI is a grand strategy of epic proportions designed to safeguard China’s future economic, security and strategic interests in its maritime and land dimensions as well as expanding its power and influence over large continental land and maritime areas” (Wey, 2019, p. 3).

10.2.3 – A MSR e a Cultura Estratégica Emergente da RPC

Desde 1978, o heartland económico da China processualmente deslocou-se para a costa leste, que atualmente concentra uma fração significativa da população do país. “Chinese analysts believe that threats to these centers of wealth have increased as a result of improvements in the capacity of foreign navies to project power ashore” (Martinson, 2018, p. 8). Devido a isso, a Marinha chinesa tem visado expandir a profundidade estratégica entre os adversários potenciais e o território chinês, e ao expandir sua presença marítima, a China aumenta as chances de impedir ou prevenir que um Estado ameace suas linhas vitais de comunicação no mar. Por ser uma economia de projeção global, a China depende de rotas de navegações seguras para transportar suas exportações e importações (Orion, 2016), e esse interesse nas linhas de comunicação marítima reflete os contornos da MSR e a necessidade de assegurar a livre circulação dos seus navios em estreitos essenciais. Para Junaid Ashraf (2017), os interesses marítimos da China subjacentes à MSR interagem, em uma dinâmica de alinhamento estratégico, com a estratégia do “Spring of Pearls”, na qual a China ambiciona controlar uma cadeia de ilhas no Pacífico (Kaplan, 2010), e com os esforços para dominar os territórios marítimos disputados, objetivos que estão implícita e explicitamente considerados no livro de defesa nacional emitido pelo Conselho de Estado em 2019. Essa dinâmica, para o autor, reflete uma cultura estratégica emergente na China, mais inclinada à defesa ativa e ao realismo, e influenciada por fatores estruturais. “The strategic culture of China in the 21st

century is influenced by economic growth, trade and maritime security, which would help China to counter the US influence in the Pacific Ocean” (Ashraf, 2017, p. 172). Outra observação que corrobora a proposição de Ashraf pode ser apresentada: ‘Due to fundamental changes in international and domestic circumstances, the contemporary version of Chinese strategic culture, though retaining certain elements of its traditional counterpart, is a significant deviation from it, and featured mainly on “defensive realism” that stresses more on the material strength than cultural and ideational preferences’ (Zhang, 2002, p. 73). De forma similar, Heitor Romana (2016) defende que é possível verificar uma interpretação em ascensão das relações internacionais por parte da China, que manifesta tendências que podem ser associadas ao realismo ofensivo, traduzindo-se pela modernização do aparelho militar e pelo objetivo de alargamento da profundidade estratégica por meio da projeção naval.

Romana (2018) também afirma que a ideologia tecno-nacionalista, possibilitada pelas transformações geracionais na composição das elites governantes do Partido Comunista Chinês, é uma variável estruturante da cultura estratégica emergente da RPC, que demarca-se do passado imperial na medida em que, através das lideranças chinesas, “combina uma leitura cosmopolita das relações internacionais com uma conceção endógena da modernização económica, tecnológica e científica da China” (Romana, 2018, p. 46).

O gradualismo pragmático derivado do tecno-nacionalismo perspectiva um reposicionamento em curso nas relações internacionais, na qual a periferia reorienta sua direção ao centro. A BRI, segundo Romana, é a ponte estratégica de passagem de uma China que pretende projetar sua influência além da sua circunscrição geográfica regional periférica.

Em vista disso, a matriz realista da cultura estratégica nascente da RPC articula-se à uma interpretação leninista das relações internacionais.

Recorrendo à uma análise mahaniana, o princípio 5 reforça a explicação dos autores contemporâneos em relação à cultura estratégica emergente na China. O quinto princípio de Mahan, relativo ao caráter nacional, promulga que a aptidão de um Estado para o comércio é determinante para as prossecuções marítimas. Os dados do ponto 10.1 parecem indicar uma “aptidão” nascente para o comércio global, que desempenha um papel significativo na economia chinesa desde as reformas lideradas por Deng Xiaoping. Logo, a MSR pode ser apontada como um reflexo desse caráter nacional – ou cultura estratégica – nascente, que incorpora o comércio e o poder marítimo enquanto modalidades de projeção estratégica e de crescimento económico e consolidação interna, que conjugam-se com a contínua dimensão

continental. A MSR enquadra-se, ao que os dados referidos indicam, como um reflexo dessa cultura estratégica emergente, incorporando o poder marítimo, conjugado com o poder terrestre, para fins comerciais e estratégicos.

Deste modo, a MSR enquadra-se em uma variante própria da cultura estratégica da RPC, que aproxima-se da vertente *realpolitik* traçada por Johnston, mas influenciada por um conjunto de variáveis estruturais – as quais incluem a necessidade de segurança marítima – e inclinada ao realismo e à defesa ativa.

11 – Cultura Estratégica Marítima? Lições Analíticas Sobre a Cultura Estratégica Chinesa

Para alcançar o estágio conceptual principal referente à cultura estratégica marítima, aplicada aos casos e mini-casos estudados nesta presente investigação, há algumas premissas científicas que, se ponderadas, respaldam o conceito central deste ponto/capítulo.

Uma dessas premissas pode ser encontrada na obra de Carl Schmitt (1997 [1954]), que, guiado por estudos científicos sobre a origem e as características biofísicas do ser-humano, e inspirado em autores naturalistas, argumenta que o ser-humano é um animal térreo, cujo ponto de vista deriva da sua condição como tal, logo, suas percepções são condicionadas por esse aspecto. As condições biofísicas e geográficas sob as quais o ser-humano existe condicionam não apenas suas impressões sobre o mundo, mas também determinam seu equilíbrio físico, seus movimentos, sua moldura física e sua altura. A premissa de Schmitt pode ser sintetizada na afirmação de que o ser-humano é uma entidade “bio-físico-geográfica”. Políbio Valente de Almeida (2012) parece expressar sua concordância com essa premissa quando afirma que:

“Durante, pelo menos, dois milhões de anos, vivemos como animais instintuais, obedecendo, estritamente, aos ciclos climáticos, adaptando a nossa forma de vida ao tipo de vegetação, de relevo, de recursos. A nossa cultura e a nossa técnica fluíram dessa simbiose; fomos nómadas em áreas desérticas; fomos sedentários nos vales férteis; fomos navegadores nas áreas oceânicas; fomos agressivos conquistadores nas áreas continentais” (p. 113).

Face a essa premissa, faz-se necessário distanciar-se de um possível determinismo. Carl Schmitt (1997 [1954]) defendeu que a consciência racional permite que o ser-humano pense e escolha seu destino histórico. Similarmente, Levy e Thompson (2011) argumentam que a relação entre a geografia e as decisões estratégicas de um Estado é probabilística, mas não

determinista. Posto isto, Andrew Lambert (2018) afirma que o elemento diferenciador de uma potência marítima em relação à uma potência continental não é somente a geografia e nem o tamanho do exército relativo à marinha, mas a identidade cultural-estratégica. Por conseguinte, segundo Lambert, Estados marítimos tornam-se potências marítimas através de um processo de construção cultural da sua identidade estratégica, explorando ideias e avaliando a experiência dos seus precursores. Ademais, “Adding navies and colonies to an existing great power, as was the case with Imperial Germany between 1890 and 1914, did not change the underlying strategic and cultural realities that compelled it to sustain a massive army and policies dominated by the European continent” (Lambert, 2018, pp. 5-6).

Tendo isso em conta, faz-se aparentemente necessário considerar três imperativos estratégicos do poder marítimo (Till, 2009, pp. 90-91) que moldam as decisões geopolíticas de um povo em conjunto com o seu carácter nacional e sua cultura estratégica:

1. Unidade nacional;
2. Estabilidade nas fronteiras terrestres;
3. Hostilidades forçadas.

O segundo imperativo, de acordo com Geoffrey Till (2009) e tal como estudamos abrangentemente nos pontos 8 e 9, foi especialmente relevante para a China, visto que a necessidade de defender as vastas fronteiras com a Ásia Central impediu que a China construísse uma marinha compatível com a difusão dos seus interesses marítimos e comerciais em alguns períodos. Este imperativo converge e coincide com o primeiro princípio do poder marítimo elaborado por Mahan e mencionado nesta investigação.

Portanto, considerando essa análise, como se pode mapear e estabelecer uma diretriz para o conceito de cultura estratégica marítima? Como observamos no ponto 4, a geografia é considerada uma fonte da cultura estratégica por variados autores, como Colin Gray, Jack Snyder, Kincade, David Jones e Howlett. Consoante observou Stephen Smith (2011), a geografia define a base da cultura estratégica, mas o elemento humano, marcado pela fluidez, assegura que cada comunidade de segurança desenvolva identidades estratégicas próprias em função de sua experiência histórica. Além disso, as vantagens económicas e demográficas são determinantes para a constituição de uma comunidade de segurança, e o facto de partilhar fronteira(s) com vizinho(s) poderoso(s) também é uma variável crítica. Portanto, a cultura estratégica resulta da geografia, mas é, semelhantemente, uma função de outras variáveis.

Contudo, Smith reconhece que os povos ao redor do mundo adotaram diferentes métodos de organização e adaptação ao seu ambiente local. Grupos estabelecidos em territórios com características geográficas diferentes adotaram métodos específicos de utilizar o seu território para assegurar sua sobrevivência e prosperidade, o que levou ao desenvolvimento de diferentes hábitos e atitudes em relação à vida entre os povos. Sendo assim, recorrendo aos autores que reconhecem na geografia uma variável determinante para a cultura estratégica de uma comunidade de segurança e ao sistema teórico de Saul Cohen, podemos propor que uma cultura estratégica marítima ou continental diz respeito às orientações geográficas da cultura estratégica de um Estado, resultantes de condições geofísicas ou, nas palavras de David Blagden, Levy e Thompson (2011), “blind luck”; e de opções e decisões estratégicas conscientes, numa interação contínua entre o ambiente geopolítico e estratégico externo e interno, e entre as variáveis objetivas (balança de poder, geografia, capacidades relativas) e ideacionais (ideias, percepções e pensamento estratégico).

11.1 – Revisitando as Matrizes Analíticas Referenciais

Revisitando o ponto 6, vimos brevemente que alguns autores estabelecem correlações derivadas do fluxo simbiótico entre as orientações geográficas da cultura estratégica de um Estado, seus padrões de interação com outros povos, seu modelo de organização político-social e as grandes ideias nacionais. A correlação entre a identidade estratégica de um Estado, sua geografia e suas formas de organização sociopolítica parece remeter à Guerra do Peloponeso, estudada e relatada extensamente por Tucídides. Esparta, potência continental, era marcada por sua sociedade militarizada, hierárquica, autocrática e fechada, e costuma ser associada à União Soviética para fins de analogia histórica. Já Atenas, potência marítima, se distinguia pelo ambiente intelectual vibrante e profícuo, por um regime mais horizontal, pelo comércio e pelo sentido de exploração global, não sendo incomum encontrar analogias aos Estados Unidos (Hanson, 2005).

Jacques Pirenne (as cited by Almeida, 2012) apontou indicadores pertinentes para avaliar o perfil das talassocracias e das epirocracias:

- Civilizações marítimas: extrovertidas, vivem do contato com outras civilizações (devido à sua geografia favorável ao comércio); sua cultura é um produto de sínteses sucessivas; grupos sociais abertos constituem a sociedade; individualismo e concorrência que, embora produzam tensões, criam riqueza; tendência à democracia e ao poder descentralizado; sua riqueza reside na troca e no comércio; colonialismo.

- Civilizações continentais: introvertidas; criam um autoconceito de superioridade, recusando as aculturações; grupos sociais fechados constituem a sociedade; o indivíduo subordina-se ao grupo; poder centralizado e autocrático; sua riqueza reside na terra; sua expansão e forma de criar riqueza é por via da conquista, dando lugar ao satelitismo; relação rígida com outros povos, produzindo escassas mudanças culturais.

As observações sobre a China imperial formuladas no pontos 7, 8, e 9 desta investigação aparentam condizer com alguns indicadores de ambas matrizes. A abertura e as riquezas produzidas durante a Dinastia Sung por via do comércio internacional foram desconstruídas e substituídas pelo centralismo autocrático reforçado da Dinastia Ming que subordinou o comércio privado. Esse regime firmava-se em um autoconceito de superioridade de “império do meio” materializado em um sistema tributário liderado pela China, e em uma orientação idealista confuciana.

Contudo, Peter Murphy (2017) leva-nos a pensar que a hostilidade ao poder marítimo durante a Dinastia Ming representa uma regularidade histórica, enquanto a Dinastia Sung, tal como constatado nos pontos 7 e 8, seria uma exceção: “Even more complicated is the case of China. It is a classic land power with an historic aversion to oceanic power. The great exception to this occurred during the Southern Song dynasty of the 12th and 13th centuries” (p. 13).

11.2 – República Popular da China: Construção de Uma Cultura Estratégica Marítima?

De modo a entender até que ponto as orientações geográficas da RPC refletem uma continuidade, uma reforma ou uma disrupção da China imperial, analisa-se duas dimensões: ideacional e operacional.

No âmbito da primeira dimensão, é possível notar que, ao contrário do passado imperial, a China vem desenvolvendo, por meio de redes académicas, um entendimento sistemático e mahaniano do poder marítimo enquanto chave do poder nacional (Graff, 2007; Erickson & Goldstein, 2010). Segundo Wei (2015), após as reformas e abertura, houve a intensificação de um processo de elaboração de um conjunto de estudos científicos sobre o poder marítimo. Os anos 2000, de acordo com Wei, caracterizaram-se pela tradução para o chinês de uma série de obras primárias de origem estrangeira sobre o poder marítimo, e similarmente, pela variada produção interna de estudos relacionados a esse objeto. Isso indica que a academia chinesa familiarizou-se com as principais teorias geopolíticas sobre o poder marítimo. Parece, de

modo similar, relevante notar que a partir da Guerra do Golfo, os grandes círculos intelectuais ligados aos núcleos de decisão do PCC (Partido Comunista Chinês) reconheceram a importância do conceito de operações conjuntas e da interdependência entre as diferentes vertentes do poder, tendo em conta também o papel das tecnologias da informação (Wei, 2015).

Esse entendimento sistemático sobre o poder marítimo estendeu-se aos círculos de decisão, e está expresso em documentos oficiais como o China's National Defense in the New Era (referido no ponto 10.1) e o China's Military Strategy (White Paper), emitido em 2015 pelo Conselho de Estado. É possível notar que é outorgado ao poder marítimo uma proeminência patente no White Paper:

“The seas and oceans bear on the enduring peace, lasting stability and sustainable development of China. The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests. It is necessary for China to develop a modern maritime military force structure commensurate with its national security and development interests, safeguard its national sovereignty and maritime rights and interests, protect the security of strategic SLOCs and overseas interests, and participate in international maritime cooperation, so as to provide strategic support for building itself into a maritime power” (Conselho de Estado, 2015).

Na dimensão operacional, tal como se estudou no ponto 10, foi possível identificar um aumento dos ativos militares navais a partir de meados da década de 2000, uma crescente dependência chinesa do comércio marítimo e, conseqüentemente, das linhas de comunicação marítima, o exercício de uma soberania que alguns autores comparam à Doutrina Monroe nas águas mais próximas, maior assertividade nos mares disputados, e, com a BRI, uma ambição marítima global. Uma das decisões conducentes à concretização dessa ambição global foi a instalação de uma base naval no Djibouti concluída em 2016, e firmada em variados objetivos, desde assegurar estreitos marítimos cruciais até facilitar a cooperação com parceiros e reforçar a logística para a projeção do PLAN (People's Liberation Army Navy).

“The factors behind China's decision to establish a military base in Djibouti must be examined in the wider context of its key interests in the MENA region, as well as the potential challenges to the realization of those interests. These geo-economic and geostrategic aims,

which appear to be dual in nature, serve mainly commercial interests, but also strategic military purposes” (Chaziza, 2018, p. 7).

Portanto, é notável um esforço crescente para a incorporação e expansão do elemento marítimo na prossecução da política externa chinesa, contudo, podemos dizer que a República Popular da China efetivamente adquiriu uma cultura estratégica marítima? Há dados que ainda apontam no sentido contrário. Embora as 14 fronteiras que a China partilha com outros Estados não aparentem constituir uma ameaça de insegurança existencial para o Estado chinês desde a queda da União Soviética (como constatamos no ponto 10), a distribuição das forças em serviço ativo chinesas ainda tende à uma disposição continental. Uma reportagem do Wall Street Journal estima que os gastos em segurança interna excedem os 20% do orçamento de defesa chinês (Chin, 2018). Em uma estimativa mais aguda, Michael Beckley (2018) calcula que as operações de segurança interna consomem pelo menos 35% do orçamento militar da China, e que boa parte das forças militares em serviço ativo são alocadas para a defesa das fronteiras terrestres. Este investimento elevado em segurança interna pode ser explicado pelo potencial subversivo de algumas regiões ao noroeste com características etnoculturais distintas da China Han, portanto, a mesma “periferia estratégica” referida extensamente ao longo do capítulo 7.

Embora as turbulências em áreas como Xinjiang, Tibete e Hong Kong não constituam um grau de ameaça necessariamente existencial como no passado, o potencial subversivo resultante atua como um fator de severa instabilidade interna:

“In Tibet and Xinjiang, which account for almost one-third of China’s landmass, non-Han ethnic groups wage low-level insurgencies against the central government. In Hong Kong, residents maintain a separate political system and periodically stage large protests against Beijing’s attempts to dilute their political autonomy” (Beckley, 2018, p. 55).

Ainda de acordo com Beckley, incidentes públicos na China (protestos, rebeliões, motins) envolvendo no mínimo 100 pessoas aumentaram de 9 mil a 280 mil desde 1993 a 2010.

Tendo esses dados em consideração, a China tem incorporado o elemento marítimo na prossecução de sua política externa através de uma projeção comercial global, e aparenta ter iniciado sua projeção naval militar interregional com a base no Djibouti.

Entretanto, simultaneamente, distribui a maior parte dos ativos militares para a segurança interna em operações de contrassubversão e para a defesa das fronteiras. Podemos recorrer

novamente ao primeiro princípio do poder marítimo de Mahan e aos imperativos estratégicos do poder marítimo um e dois de Geoffrey Till. A desunidade nacional e a divisão dos recursos entre segurança interna e atuação externa comprometem a projeção naval chinesa, impedindo que a China torne-se uma potência marítima efetivamente global. Observa-se os persistentes efeitos da cultura estratégica da China imperial, na medida em que a instabilidade na periferia estratégica ao noroeste do território e em Hong Kong continua a drenar a distribuição de ativos militares para fins internos, e não de projeção.

Fatores logísticos constituem outro obstáculo vigente para a China efetivar o objetivo de projeção naval além do seu litoral imediato. Um relatório da RAND Corporation comparando os indicadores das capacidades militares relativas entre os Estados Unidos e a China demonstrou, através de um balance scorecard, que a China teria vantagem militar em somente duas das nove categorias operacionais abrangidas em um cenário de conflito armado próximo da China continental até o Taiwan, e um desses indicadores é a modalidade de guerra naval de anti-superfície (Heginbothan et al, 2015). No entanto, o relatório sugere que na medida em que os atores analisados afastam-se da China continental, as vantagens relativas de Pequim atrofiam, e em um raio de mil quilômetros de distância da costa chinesa, os Estados Unidos retêm capacidades decisivas de ação que possibilitam uma superioridade militar relativa à China em 5 categorias operacionais, incluindo a guerra anti-superfície. A proximidade facilita as linhas de suprimento e de reabastecimento dos ativos de guerra chineses, enquanto a distância favorece os Estados Unidos.

Michael Beckley atribui essa desvantagem militar relativa chinesa em áreas afastadas da China continental a fatores tecnológicos e técnicos, afirmando que os ativos navais americanos tendem a ser mais bem equipados para a projeção de poder naval, a exemplo da frota submarina: “China’s nine nuclear-powered submarines (four strategic, five tactical) carry less than half the munitions of current U.S. submarines and are louder than U.S. submarines from the 1960s. Consequently, the U.S. Navy, which operates a sound surveillance system in the waters of East Asia, can track China’s nuclear-powered submarines at long ranges” (p. 70).

No oceano Índico, o objetivo estratégico de projeção chinesa confronta a centralidade indiana na região. Segundo Brewster (2017), as linhas marítimas do oceano Índico são interiores à Índia e exteriores à China, permitindo que Déli tenha linhas de comunicação e suprimentos mais curtas do que Pequim. De acordo com o autor: “China has corresponding disadvantages,

including the need to deploy its naval forces to the Indian Ocean through narrow and dangerous chokepoints and then cope with very uncertain logistical support when it arrives” (pp. 11-12).

Embora a base naval no Djibouti possa flexibilizar o impacto logístico nas operações do PLAN em parte do Índico, as instalações militares chinesas estão localizadas em proximidade com as instalações militares americanas, japonesas e francesas no próprio Djibouti. Portanto, Brewster estima que, face a esses desafios logísticos, é provável que os acordos entre a China e outros parceiros visando a expansão naval chinesa circunscrevam-se a operações rotineiras para fins comerciais e técnicos (evacuação de cidadãos chineses, combate à pirataria e contraterrorismo).

A pandemia do COVID-19, cujo epicentro inaugural foi Wuhan, pode engendrar um conjunto de tendências adversas que possivelmente realcem riscos previamente existentes para os interesses marítimos estratégicos da China. Steil e Della Rocca (2020) estimam que entre 2013 e 2017, a China emprestou 120 mil milhões de dólares para 67 Estados em desenvolvimento, entre os quais estão participantes da BRI, como o Djibouti, a Etiópia e o Paquistão. Estipula-se que, atualmente, a dívida total dos países da BRI para com a China seja de 135 mil milhões de dólares. Devido à fragilidade das infraestruturas desses Estados em desenvolvimento, e o anúncio do Eximbank – uma fonte considerável de financiamento da BRI – que não haveria a suspensão de pagamentos devido ao COVID-19, os riscos de default desses países comprometem a estabilidade e a sustentabilidade dos projetos da iniciativa liderada por Pequim, afetando, consequentemente, sua vertente marítima.

Além do mais, a Reuters (Tian, 2020) noticiou que em 2020 o crescimento dos gastos em defesa atingiria a taxa mais baixa das últimas três décadas. Esse baixo crescimento do orçamento de defesa acompanhou a omissão de metas de crescimento económico por parte das autoridades chinesas, em função das incertezas decorrentes da pandemia do SARS-CoV-2. No entanto, ainda não há dados e evidências suficientes para afirmar que se essas adversidades representam novas tendências contínuas, ou se apenas constituem distorções de curto prazo.

Sendo assim, há um conjunto de fatores externos e internos que atuam como forças limitantes da projeção naval chinesa. Essas forças limitantes estruturam as configurações da cultura estratégica da China, que embora tenha adquirido orientações geográficas mais híbridas e

reconhecido a importância do poder marítimo, confronta-se com uma realidade restritiva que regula as capacidades de projeção global marítima prevista em objetivos estratégicos de grande escala.

Parte V – Conclusão

12 – Conclusão

Esta presente dissertação procurou entender de que modo a cultura estratégica chinesa incorporou o elemento marítimo na prossecução da sua política externa, buscando responder se existe uma cultura estratégica marítima chinesa.

Para alcançar os resultados que possibilitam obter os entendimentos englobados nos objetivos desta investigação, foi necessário conjugar a análise da cultura estratégica chinesa com uma dimensão geopolítica e geohistórica.

Como se verificou na parte III, a cultura estratégica chinesa é marcada por uma geografia fragmentada entre sul/leste e norte/oeste que atuou como uma força de pressão aos centros de poder político da China Han. As experiências históricas de sucessivas invasões terrestres provenientes do noroeste justificaram as opções estratégicas continentais dos decisores chineses ao longo dos séculos.

A Dinastia Sung constituiu uma exceção marítima à regularidade continental, contudo, esteve sujeita às mesmas pressões geohistóricas de outros períodos: invasões provenientes do noroeste, que levaram à divisão de recursos entre exército e marinha que impediu que a China concentrasse seus esforços visando tornar-se uma potência marítima de projeção global. A cultura estratégica aparentou ter tido pouca influência na decisão excepcional da Dinastia Sung de incorporar o poder marítimo como um método estratégico para contornar as invasões continentais.

Já na Dinastia Ming, a burocracia confucionista adquiriu um papel influente nas sucessivas decisões de abandonar o legado da Dinastia Sung e retornar à regularidade continental. As variáveis ideacionais constituídas pela dimensão confucionista da cultura estratégica chinesa, a exemplo da ideia de império do meio e de autossuficiência nacional, expressaram-se enfaticamente nesse período.

A continuação da política marítima da Dinastia Ming, influenciada por uma vertente confucionista da cultura estratégica chinesa, refletiu-se na fraqueza da Dinastia Qing relativa às potências Ocidentais marítimas industriais que pressionaram a China a assinar uma série de

tratados que, atualmente, são considerados “desiguais” e “desvantajosos” para os chineses. Isso também marcou o início de uma nova condição geopolítica e sistêmica para a China: as zonas de vulnerabilidade deixaram de ser o noroeste continental e passaram a ser a costa ao sul/leste.

A continentalidade manteve-se durante a Era de Mao-Tsé-Tung, contudo, a diplomacia de Nixon, seguida das reformas promovidas por Deng Xiaoping e, por fim, a queda da União Soviética viabilizaram um crescente investimento nas capacidades marítimas económicas e militares chinesas, que foram acompanhadas da produção de um conhecimento científico sistemático sobre o poder marítimo. Esse investimento foi agregado às orientações terrestres da política externa chinesa. A BRI reflete essa orientação híbrida, tendo uma vertente continental e outra marítima.

Analisando a BRI e enfatizando sua vertente marítima, foi possível identificar que a cultura estratégica emergente na China manifesta propriedades voltadas à defesa ativa e ao realismo, sendo guiada por interesses estratégicos concretos: segurança marítima e das linhas de comunicação, comércio, ampliação da profundidade estratégica e diversificação das opções de atuação (expressa pela vertente continental – SREB – que amplia a margem de atuação internacional da China para a prossecução dos objetivos consagrados, explícita e implicitamente, na BRI). Tanto a segurança marítima quanto a necessidade de colmatar as lacunas de desenvolvimento no noroeste continental chinês adjunto à Ásia Central e à Ásia Meridional foram fatores estruturantes da BRI.

Contudo, mesmo que os dados analisados no ponto 10 pareçam indicar uma linearidade progressiva no desenvolvimento de uma cultura estratégica marítima, verificou-se no ponto 11 que não se pode afirmar que os padrões quantitativos e qualitativos avaliados representem uma tendência sequenciada.

Foi possível notar no ponto 11 que há também um conjunto de dados que apontam para tendências contrárias à análise contemplada no capítulo 10. A instabilidade política ao noroeste e em Hong Kong, segundo Michael Beckley, continua a exigir uma disposição continental da distribuição das forças armadas chinesas, traduzindo a perduração de um problema que remonta ao passado imperial. Ainda que os riscos estimados decorrentes da instabilidade ao noroeste continental e em Hong Kong não dimensionem uma representação

de ameaça existencial à China como no passado, são fatores fundamentais para explicar a alocação de cerca de 35% do orçamento de defesa para a segurança interna.

Além disso, problemas tecnológicos e logísticos são lacunas que desfavorecem as capacidades de projeção global do PLAN, gerando um desfasamento entre os objetivos estratégicos e os meios limitados.

Essas limitações estruturais (no sentido neorrealista) e internas restringem a construção de uma cultura estratégica marítima operacional.

Nesse sentido, foi importante enquadrar uma análise do poder marítimo chinês à luz da cultura estratégica em uma abordagem que abrangesse condições geopolíticas e, portanto, os contextos externos e internos compostos por variáveis que interagem com a própria cultura estratégica.

Pôde-se notar, ao longo da investigação, que o ambiente geopolítico moldou as expressões da cultura estratégica chinesa, ainda que essa apresentasse alguma regularidade. Na Dinastia Sung, como foi verificado, a cultura estratégica não aparentou ter uma influência relevante na adoção do poder marítimo, enquanto durante a Dinastia Ming até o período das invasões da Dinastia Qing, as variáveis ideacionais culturais estratégicas condicionaram as decisões voltadas às opções continentais da China. No governo de Mao, essa vertente continental da cultura estratégica também se fez presente. Contudo, após as reformas de Xiaoping, procedidas pelo desmembramento do rival continental soviético, a cultura estratégica emergente identificada reconhece a importância do poder marítimo, e investe largamente nele. Não obstante, a instabilidade proveniente da periferia estratégica e até mesmo a condição geográfica da China exigem uma distribuição prevalentemente terrestre das forças armadas chinesas, o que restringe a materialização de uma cultura estratégica plenamente marítima. Portanto, o ambiente geopolítico aparenta moldar a cultura estratégica chinesa, e isso nos leva à observação que Jack Snyder (1990) fez ao sugerir que a cultura estratégica, devido à amplitude da sua dimensão conceptual, deve ser abordada como um recurso dinâmico para diagnosticar e explicar os objetos de estudo, ou seja, sem perder de vista sua interação com outras variáveis condicionantes mais concretas, como o ambiente internacional, a geografia, e a tecnologia.

Uma das lacunas que podem ser estudadas em projetos futuros é a proposição de uma abordagem interdisciplinar que enquadre a cultura estratégica como uma das principais

variáveis intervenientes da teoria do realismo neoclássico, reforçando os estudos sobre as interações dinâmicas entre os imperativos sistémicos e os fatores materiais e a variável cultural estratégica.

Referências Bibliográficas

Alden, C., Aran, A. (2017). *Foreign Policy Analysis – New Approaches*. (2º Edição). Abingdon, Reino Unido: Routledge.

Allison, G. (2017). *Destined for War: Can America and China Escape Thucydide's Trap?*. Nova York, Estados Unidos: Houghton Mifflin Harcourt.

Almeida, P. (2012). *Do Poder do Pequeno Estado*. (2º Edição). Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ashraf, J. (2017). String of Pearls and China's Emerging Strategic Culture. *Strategic Studies*, 37(4), 166-181.

Bader, J. (2012). China and the United States: Nixon's Legacy After 40 Years. Brookings. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2012/02/23/china-and-the-united-states-nixons-legacy-after-40-years/>

Beach, D. (2012). *Analyzing Foreign Policy*. Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Beckley, M. (2018). *Unrivaled – Why America Will Remain the World's Sole Superpower*. Ithaca, EUA: Cornell University Press.

Berg, B. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Needham, Estados Unidos: Allyn & Bacon.

Blackwill, R., Tellis, A. (2019). The India Dividend. *Foreign Affairs*, 98(5), 173-184.

Blagden, D., Levy, J., & Thompson, W. (2011). Sea Powers, Continental Powers, and Balancing Theory. *International Security*, 36(2), 190-202.

Brewster, D. (2017). Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China's New Pathways in the Indian Ocean. *Geopolitics*, 22(2), 269-291.

Carriço, A. (2016). A Cultura Estratégica da China: Evolução na Continuidade. *Proelium* 10(10), 57-88.

Central Intelligence Agency. (2011). China Physiography. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/China.html>

Chan, K. (2008). Foreign Trade, Commercial Policies and the Political Economy of the Song and Ming Dynasties of China. *Australian Economic History Review*, 48(1), 68-90.

Chang, P. (1992). Maritime China in Historical Perspective. *International Journal of Maritime History*, 4(2), 239-255.

Chatzky, A., McBride, J. (2020). China's Massive Belt and Road Initiative. Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/chinas-massive-belt-and-road-initiative>

Chaziza, M. (2018). *China's Military Base in Djibouti* (Report No. 153). Ramat Gan, Israel: The Begin-Sadat Center for Strategic Studies.

Cheng, D. (2011). *Sea Power and the Chinese State: China's Maritime Ambitions* (n. 2576). Washington DC, EUA: The Heritage Foundation.

Chin, J. (2018). China Spends More on Domestic Security as Xi's Powers Grow [Wall Street Journal]. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/china-spends-more-on-domestic-security-as-xis-powers-grow-1520358522>

China Power Team. (2018). How is China Modernizing its Navy?. Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>

Clarke, M. (2017). The Belt and Road Initiative: China's New Grand Strategy?. *Asia Policy*, 24, 71-79.

Cohen, S. (2015). *Geopolitics: The Geography of International Relations*. (3ª Edição). Maryland, Estados Unidos: Rowman & Littlefield.

Cole, B. (2016). *China's Quest for Great Power: Ships, Oil and Foreign Policy*. Annapolis, Estados Unidos: Naval Institute Press.

Correia, P. (2010). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I: Conceitos, Teorias e Doutrinas*. (1ª Edição). Coimbra, Portugal: Almedina.

Dugin, A. (2015). *Last War of the World-Island: The Geopolitics of Contemporary Russia*. Londres, Reino Unido: Arktos.

Eder, T. (2018). Mapping the Belt and Road Initiative: This is Where We Stand. Mercator Institute for China Studies. Disponível em: <https://www.merics.org/en/britracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>

Eisenhardt, K., Graebner, M. (2007). Theory Building From Cases: Opportunities and Challenges. *Academy of Management Journal*, 50(1), 25–32.

Erickson, A., Goldstein, L. (2010). Studying History to Guide China's Rise as a Maritime Great Power. *Harvard Asia Quarterly* (3-4), 31-38.

Fernandes, J. (2003). A Geopolítica Clássica Revisitada. *Nação e Defesa*, 105(2), 221- 244.

Finlay, R. (2008). The Voyages of Zheng He: Ideology, State Power, and Maritime Trade in Ming China. *The Journal of the Historical Society*, 8(3), 327-347.

Freedman, L. (2008). Strategic Studies and the Problem of Power. Em Mahnken, T., Maiolo, J., *Strategic Studies: A Reader* (pp. 22-33). Abingdon, Reino Unido: Routledge.

Freire, R. (2015). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. (2º Edição). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Friedman, G. (2016). China's Strategy. Geopolitical Futures. Disponível em:
<https://geopoliticalfutures.com/chinas-strategy/>

Gill, I., Lall, S., Lebrand, M. (2019). Winners and Losers Along China's Belt and Road. Brookings. Disponível em:
<https://www.brookings.edu/blog/futuredevelopment/2019/06/21/winners-and-losers-along-chinas-belt-and-road/>

Graff, D. (2007). Zheng He: China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-1433 (review). *The Journal of Military History*, 71(1), 213-214.

Gray, C. (1981). National Style in Strategy: The American Example. *International Security*, 6(2), 21-47.

Gray, C. (1999). Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back. *Review of International Studies*, 25, 49-69.

Hanson, V. (2005). *A War Like No Other – How the Athenians and Spartans Fought the Peloponnesian War*. Nova York, EUA: Random House Trade Paperbacks.

Heginbotham et al. (2015). *The US-China Military Scorecard: forces, geography, and the evolving balance of power, 1996-2017* (ISBN 978-0-8330-8219-0). Santa Monica, EUA: RAND Corporation.

Hill, C. (2003). *The Changing Politics of Foreign Policy*. Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Hillman, J. (2018). China's Belt and Road is Full of Holes. Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-belt-and-road-full-holes>

Howlett, D. (2005). Strategic Culture: Reviewing Recent Literature. *Strategic Insights*, 4(10), 1-15.

Huang, Y. (2016). Understanding China's Belt and Road Initiative: Motivation, Framework and Assessment. *China Economic Review*, 40, 314-321.

Johnson, J., Kartchner, K., e Larsen, J. (2009). *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction*. Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Johnston, I. (1995). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey, Estados Unidos: Princeton University Press.

Johnston, I. (1995). Thinking About Strategic Culture. *International Security*, 19(4), 32- 64.

Jones, D. (1990). Soviet Strategic Culture. Em Jacobsen, C., *Strategic Power: USA/USSR* (pp. 35-49). Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Jung, S., Lee, K. (2017). The Offensive Realists Are Not Wrong: China's Growth and Aggression, 1976–2001. *Pacific Focus*, 32(1), 86-108.

Kane, T. (2002). *Chinese Grand Strategy and Maritime Power*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.

Kangying, L. (2010). *The Ming Maritime Trade Policy in Transition, 1368 to 1567*. Wiesbaden, Alemanha: Otto Harrassowitz GmbH & Co.

Kaplan, R. (2010). The Geography of Chinese Power: How Far Can Beijing Reach on Land and at Sea?. *Foreign Affairs*, 89(3), 22-41.

Kincade, W. (1990). American National Style and Strategic Culture. Em Jacobsen, C., *Strategic Power: USA/USSR* (pp. 10-34). Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Kissinger, H. (2011). *Sobre a China*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Objetiva.

Lambert, A. (2018). *Seapower States – Maritime Culture, Continental Empires and the Conflict That Made the Modern World*. New Haven, EUA: Yale University Press.

Lantis, J. (2009). Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism. Em Johnson, J., Kartchner, K., e Larsen, J., *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction* (pp. 33-52). Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Lieberthal, K. (2012). Lessons of the 40 Years Since Nixon Went to China. CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2012/02/21/opinion/lieberthal-china-us-40-years/index.html>

Lo, J. (1955). The Emergence of China as a Sea Power During the Late Sung and Early Yuan Periods. *The Far Eastern Quarterly*, 14(4), 489-503.

Mackinder, H. (1904). The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, 23(4), 421-437.

Mahan, A. (1889). *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783* [PDF]. Disponível Em: <http://ekldata.com/vouloir.eklablog.com/perso/DOCUS/Mahan-The-Influence-Of-Sea-Power-Upon-History.pdf>

Mahnken, T. (2013). Strategic Theory. Em Baylis, J., Wirtz, J., Gray, C., (4º Ed.), *Strategy in the Contemporary World* (pp. 61-75). Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Martinson, R. (2018). *Echelon Defense: The Role of Sea Power in Chinese Maritime Dispute Strategy*. Newport, Estados Unidos: Naval War College.

McColl, R. (1999). Understanding the Geography of China: An Assemblage of Pieces. *Education About Asia*, 4(2), 4-11.

Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York, Estados Unidos: W.W. Norton & Company.

Mendes, C. (2015). República Popular da China. Em: Freire, R., (2º Edição), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança* (pp. 435-461). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Modelski, G., Thompson, W. (1988). *Seapower in Global Politics, 1494-1993*. Houndmills, Reino Unido: The Macmillan Press.

Murphy, P. (2017). Land versus Sea. *Thesis Eleven*, 20(10), 1-17.

Neumann, I., Heikka, H. (2005). Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*, 40(1), 5-23.

Nohara, J. (2017). Sea power as a Dominant Paradigm: the Rise of China's New Strategic Identity. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 6(2), 210-232.

Orion, A. (2016). The Dragon's Tail at the Horn of Africa: A Chinese Military Logistics Facility in Djibouti. The Institute for National Security Studies. Disponível em: <https://www.inss.org.il/publication/the-dragons-tail-at-the-horn-of-africa-a-chinese-military-logistics-facility-in-djibouti/>

Owens, T. (1999). In Defense of Classical Geopolitics. *Naval War College Review*, 52(4), 59-76.

Popa, I. (2014, Outubro). Cyber Geopolitics and Sovereignty: An Introductory Overview. Paper Presented at 5th National Scientific Conference: National and International Security, Eslováquia.

Ribeiro, S. (2017). *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Romana, H. (2016). Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 22(1), 13-32.

Romana, H. (2018). Em: Piteira, C. Et al., *Antologia Sobre a Ásia Contemporânea: Perspetivas de Investigação no Instituto do Oriente* (pp. 43-51). Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Rosati, J. (1994). Cycles in Foreign Policy Restructuring: The Politics of Continuity and Change in US Foreign Policy. Em: Rosati, J., Hagan, J., Sampson, M., *Foreign Policy Restructuring: How Governments Respond to Global Change* (pp. 221-261). South Carolina, Estados Unidos: University of South Carolina Press.

Schelling, T. (1980). *The Strategy of Conflict*. Massachusetts, Estados Unidos: Harvard University Press.

Schmitt, C. (1997 [1954]). *Land and Sea*. Washington DC, EUA: Plutarch Press.

Schottenhammer, A. (2017). China's Rise and Retreat as a Maritime Power. Em: Antony, R., Schottenhammer, A., *Beyond the Silk Roads: New Discourses on China's Role in East Asian Maritime History* (pp. 189-212). Wiesbaden, Alemanha: Harrassowitz.

Scobbel, A. (2018). The South China Sea and U.S.-China Rivalry. *Political Science Quarterly*, 133(2), 199-224.

Scobel, A. (2002). *China and Strategic Culture* (ISBN 1-58487-090-7). Pennsylvania, Estados Unidos: Strategic Studies Institute, U.S Army War College.

Scobel, A. (2014). China's Real Strategic Culture: A Great Wall of the Imagination. *Contemporary Security Policy*, 35(2), 211-226.

Sequeira, J. (2014). As Teorias Geopolíticas e Portugal. *Revista Militar*, 2547, 287-317.

Sheldon, J. (2014). Geopolitics and Cyber Power: Why Geography Still Matters. *American Foreign Policy Interests: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, 36(5), 286-293.

Smith, S. (2011). The Geographic Origins of Strategic Culture. *Khazar Journal of Humanities and Social Sciences*, 14(4), 41-54.

Snyder, J. (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Options*. Santa Monica, EUA: Rand Corporation.

Snyder, J. (1990). The Concept of Strategic Culture: Caveat Emptor. Em Jacobsen, C., *Strategic Power: USA/USSR* (pp. 3-10). Nova York, Estados Unidos: Palgrave Macmillan.

Stake, R. (2006). *Multiple Case Study Analysis*. Nova York, EUA: The Guilford Press.

Steil, B., Della Rocca, B. (2020). Chinese Debt Could Cause Emerging Markets to Implode. Foreign Affairs. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/eastasia/2020-04-27/chinese-debt-could-cause-emerging-marketsimplode?amp%20twitter_impression=true

Stewart, J. (2012). Multiple-case Study Methods in Governance-related Research. *Public Management Review*, 14(1), 67-82.

Stratfor. (2012). The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-china-great-power-enclosed>

Swaine, M., Tellis, A. (2000). *Interpreting China's Grand Strategy – Past, Present and Future* (ISBN 0-8330-2815-4). Santa Monica, EUA: RAND Corporation.

The State Council Information Office of the People's Republic of China (2019). *China's National Defense in the New Era* (ISBN 978-7-119-11925-0). Pequim, China: The State Council of the People's Republic of China.

The State Council. (2015). China's Military Strategy (Full Text). Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm

The World Bank. (2020). World Bank Open Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>

Tian, Y. (2020). China Defence Spending Rise at Three-Decade Low, Still to Grow 6.6%. Reuters. Disponível em: <https://mobile.reuters.com/article/amp/idUSKBN22Y081>

Till, G. (2009). *Seapower – A Guide for the Twenty-First Century*. (2º Edição). Abingdon, Reino Unido: Routledge.

Twomey, C. (2006). *Chinese Strategic Cultures: Survey and Critique* (DTRA01-03-D-0017). Virginia, Estados Unidos: Defense Threat Reduction Agency.

Vohra, V. (2014). Using the Multiple Case Study Design to Decipher Contextual Leadership Behaviors in Indian Organizations. *The Electronic Journal of Business Research Methods*, 12(1), 54-65.

Waltz, K., (1979), *Theory of International Politics*. Reading, Estados Unidos: Addison-Wesley Publishing Company.

Wang, Y. (2016). Offensive for Defensive: The Belt and Road Initiative and China's New Grand Strategy. *The Pacific Review*, 1-9.

Wei, Z. (2015). A General Review of the History of China's Sea-power Theory Development. *Naval War College Review*, 68(4), 80-93.

Wey, A. (2019). A Mackinder-Mahan Geopolitical View of China's Belt and Road Initiative. *RUSI Newsbrief*, 39(6), 1-3.

Whiting, A. (2001). China's Use of Force, 1950-96, and Taiwan. *International Security*, 26(2), 103-131.

Xinhua. (2017). Full Text of President Xi's Speech at Opening of Belt and Road Forum. XinhuaNet. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm

Zaman, R. (2009). Strategic Culture: A "Cultural" Understanding of War. *Comparative Strategy*, 28(1), 68-88.

Zhang, T. (2002). Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features. *Comparative Strategy*, 21(2), 73-90.

Zhou, W., Esteban, M. (2018). Beyond Balancing: China's Approach Towards the Belt and Road Initiative. *Journal of Contemporary China*, 1-15.

Anexo I – Tabela 1

Tabela 1 – Percepção dos Estrategistas e Estrategas Chineses Sobre a Guerra (Allison, 2017)

Como os Estrategistas e Estrategas Chineses Percepçionam a Guerra
Campanha Primária: Psicológica e Política;
Campanha Militar: Secundária;
Importância Simétrica entre Percepção dos Factos e os Factos em Si;
O Papel da Imagem Como Dissuasor: Centro do Universo (Reino do Meio);
O Tamanho da Economia Chinesa Relativa às Outras: Coerção Económica (Negar Acesso ao Comércio, Exemplo).

Tabela de autoria individual.

Anexo II – Figura 1

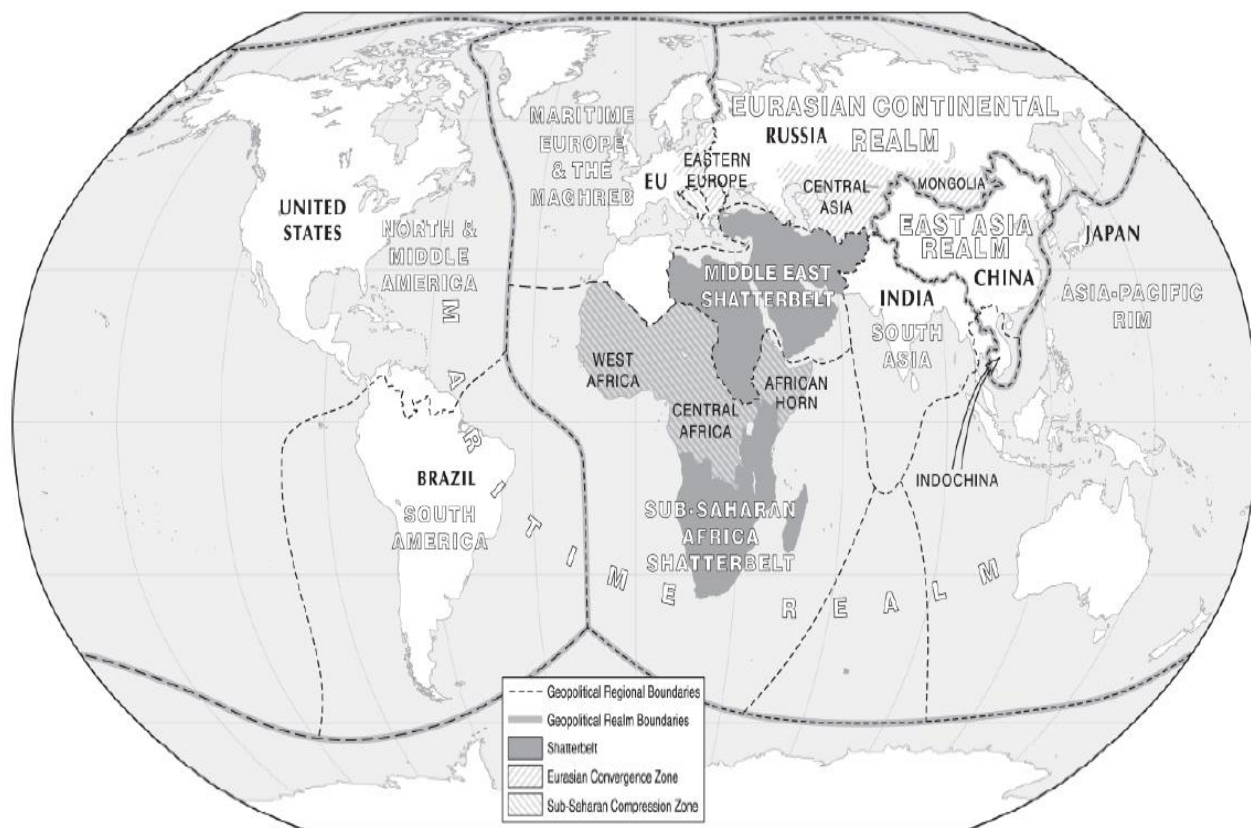


Figura 2 - Divisão de Esferas Geoestratégicas (Cohen, 2015, p. 45)

Anexo III – Figura 2



Figura 2 - Mapa Fisiográfico da China (Central Intelligence Agency, 2011).

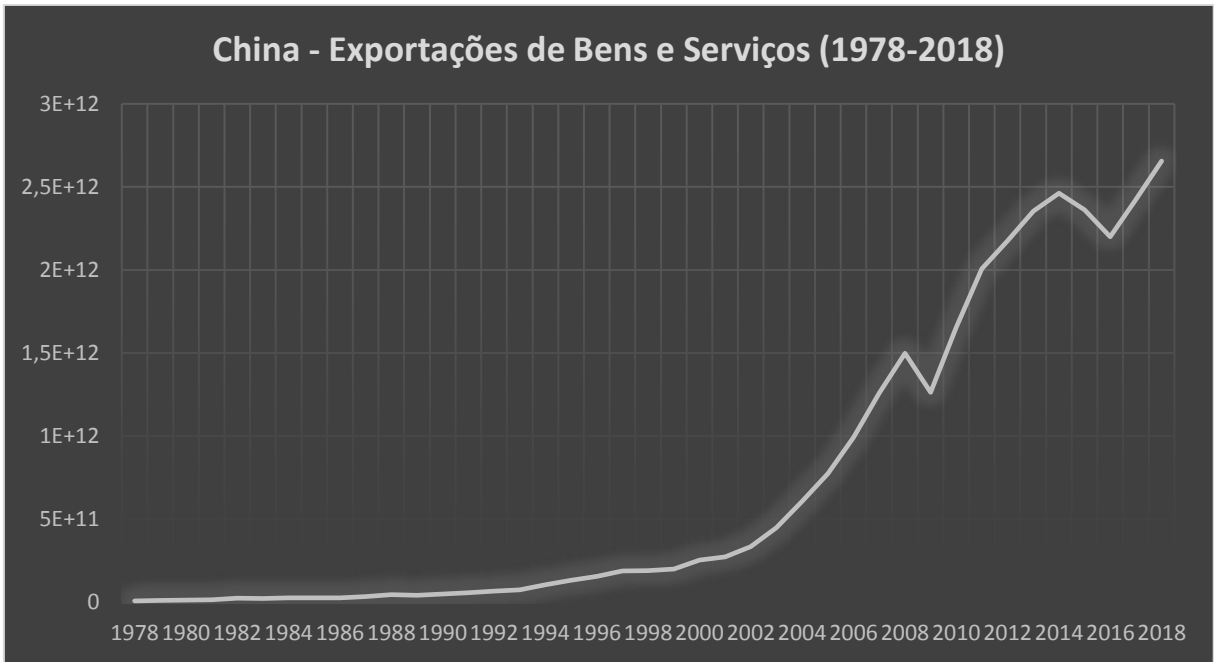
Anexo IV – Figura 3



Figura 3 - Divisão Geográfica da China pela Linha Isohyet e Densidade Populacional (Friedman, 2016)

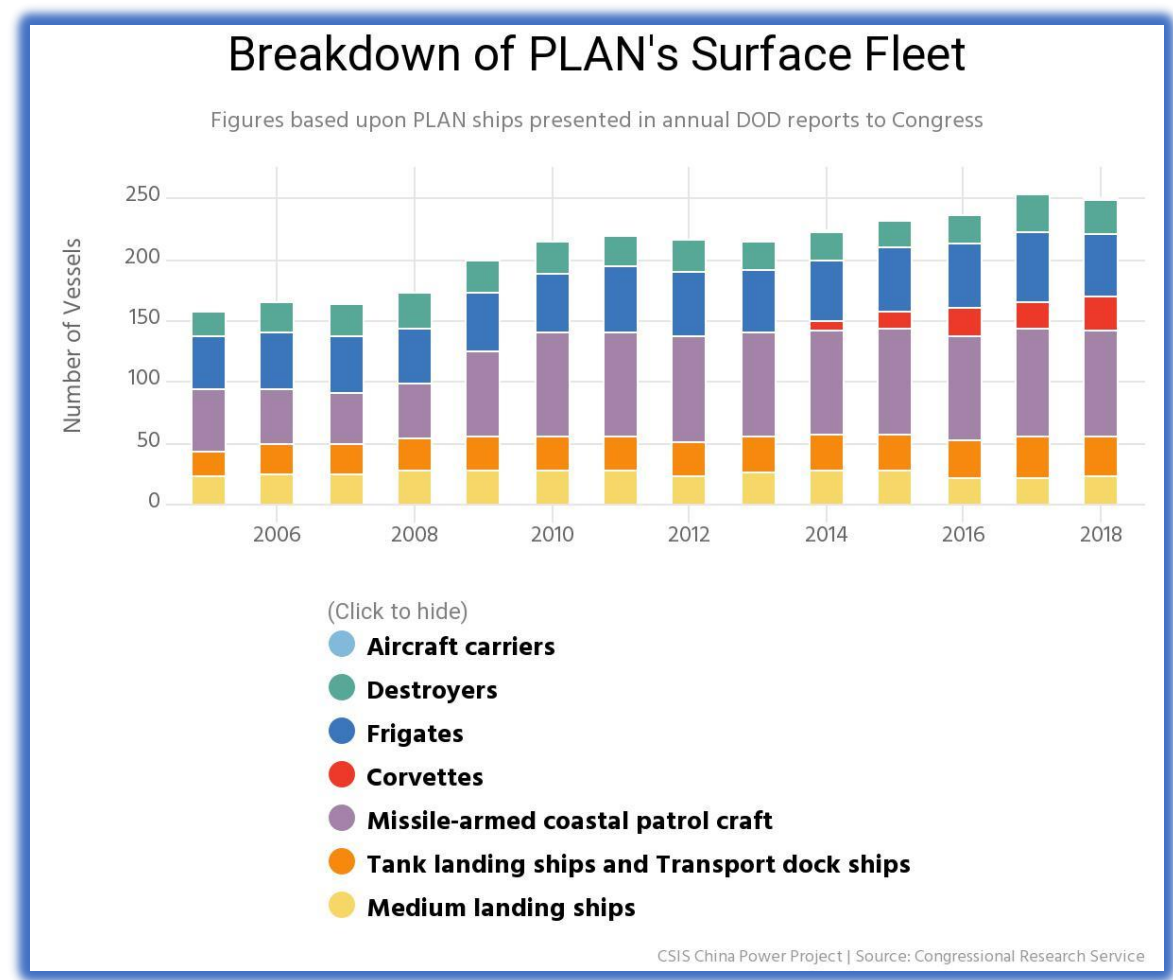
Anexo V – Figura 4

Figura 4 - Exportações da China: 1978-2018 (The World Bank, 2020)



Anexo VI – Figura 5

Figura 5 - Expansão dos Ativos Militares da Marinha (Center for Strategic and International Studies, 2019)



Anexo VII – Figura 6

Figura 6 – Visão Geral das Rotas da Belt and Road Initiative (Eder, 2018)

